

ATA 237ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares:, Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Deborah Ackerman - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Gilberto Donizete Ribeiro - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Cristiane Isabel Felipe – Sacramentinos, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, Felipe Serrano Milioreli – CMAS Campo Belo, Rodrigo Silveira e Souza - Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Simone Aparecida Albuquerque - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Soyla Rachel dos Santos Pereira - CMAS de Paracatu, Silvana Célia de Campos – SEE, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo - CMAS de Juiz de Fora, Cecília de Araujo Carvalho - Associação Quilombola Porto Pontal, Eleniudes Santos Silva - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Márcio José Ferreira - Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região, Márcio Caldeira – ASSPROM, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Fernanda Silva Souza, Maria de Paula Ribeiro, Leonardo Lobato Martins Costa, Maria Regina Varela Caldeira, Misley Mielly de Castro Costa, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, Jaime Dionísio, Patrícia Carvalho Gomes, Amauri dos Santos, Solange Santos, Gabriele Sabrina da Silva. **Rodrigo:** Bom dia todos, vamos dar início pra mais um dia de trabalho, bom dia Simone, bom dia Consolação, secretaria executiva muito obrigado mais uma vez por preparar essa reunião de hoje, então vamos primeiro à justificativa de ausência, eu vou passar pra Simone pra ela dar o bom dia dela também. **Simone:** Bom dia a todos, bom dia a todas, quero cumprimentá-los e dizer que hoje é o dia internacional de luta da pessoa com deficiência, é nacional ou internacional Márcio? É nacional, internacional, é agosto? Dezembro, então dizer que hoje é um dia de luta, de discussão de um grupo que foi marginalizado historicamente em todas as culturas, as primeiras culturas jogava a gente fora, a maioria das culturas trancou a gente dentro de

casa e durante anos a leitura feita sobre nós tinha a ver com laudos médicos. A gente historicamente foi visto como doentes, incapazes e assexuados, é verdade, é bem grave, mas é um dia importante até pra que todos saibam que se as pretas não querem ficar em favela, se os gays não querem ficar no armário, nós também não queremos ficar dentro do quarto, então hoje é um dia muito importante e eu cumprimento meus colegas portinhas dentro do conselho e os portinhas do Brasil e do mundo porque eu estou com muita veemência pra inclusão social, então bom dia a todos. **Rodrigo:** Parabéns Simone pela luta, pelo Márcio, as dificuldades de enfrentar, estar aqui não é fácil, tem 7 andares de escada, difícil demais. Justificativa de ausência: Luanda em função de uma cirurgia, Marta em função de férias, Elerson por motivo de trabalho e Wilson pelo falecimento do pai e aí eu aqui eu queria registrar o meu pesar para o Wilson e para o Ângelo aqui da secretaria executiva que também perdeu o pai, os dois foram seguidinho, a Misley também perdeu o tio, então assim, meus sentimentos a todos, gostaria de deixar registrado aqui. Bem, na mesa diretora de ontem, nós discutimos bastante e temos que indicar hoje os representantes para a comissão de monitoramento da Conferência, 1 de cada comissão né Consolação, não se fala de suplente, se quiserem já indicar um outro já deixar cada comissão um nome de titular e suplente pra caso falhe não há problema, a comissão hoje também é pauta do dia, a gente vai discutir sobre o acórdão e a comissão de apoio irá pautar essa questão em outubro também, elaborar orientação para os municípios e Urcmas, a gente discutiu foi pauta da comissão, reserva para Conferência Estadual nós discutimos a questão que o Minas Centro está em reforma, todos já sabemos disso, e aí estava sendo solicitado o Expominas e os hotéis e aí a grande questão agora é que o hotel e o próprio Expominas a gente vai ter que licitar, então nós devolvemos a matéria para a Sedese que irá fazer o levantamento das tramitações, vai fazer o levantamento do que vai precisar, como que vai ser esse processo, vai tentar trazer pra gente em novembro, antes se possível em outubro, mas o que foi acordado é novembro, trazer a resposta para gente então pensar quando que nós vamos chamar a Conferência porque vai mudar um pouco agora, porque se for licitado me corrija se eu estiver equivocado antes a gente escolhia a data e agendava os hotéis agora vai ter que licitar com a data, então a gente não tem escolha de data não, vai ser meio complicado, vai mudar um pouco o modo dessa organização da Conferência, mas adiante a gente discute mais propriamente essa questão, a questão de Juiz de Fora, CMAS de Juiz de Fora, estava marcado por Vitor, uma visita em Juiz de Fora para a gente tratar daquela denúncia do marco regulatório, uma entidade foi selecionada através do marco regulatório para executar PAEF e PAEFI e essa reunião estava marcada se não me engano para 12 de setembro, com a gestão e o Conselho e aí por motivo de saúde da Simone e por a gente pensar em outras estratégias e por ser um momento político também, a gente optou por adiar, quais foram as estratégias que a gente pensou: eles tem argumento jurídico pra fazer, o Conselho escreveu essas entidades, então a gente tem que recuperar tudo que já foi feito no CEAS, tem que recuperar a Resolução que inscreveu as entidades, solicitar ata do

conselho municipal para que a gente entenda o que foi discutido lá na ocasião, pegar o arcabolo jurídico que analisam essa matéria então a gente tem que nos preparar melhor para esse diálogo com Juiz de Fora, porque a situação é muito complicada e um erro nosso pode trazer prejuízos incalculáveis para o Suas eu pelo menos eu penso dessa forma, porque a partir do momento que se a gente perder qualquer ponto de discussão ou isso se efetivar, se consolidar de alguma forma, isso tende a se alastrar para outros municípios que estão todos estrangulados com a lei de responsabilidade fiscal e com a Emenda Constitucional 95, então isso a médio e longo prazo pode ser uma estratégia nefasta para o SUAS então a gente tem que ter muita paciência nessa hora, então por isso a gente optou e também tem que lembrar que é um momento político/partidário que qualquer ação nossa pode parecer que a gente está instrumentalizando de forma político/partidária então gente que manter esse distanciamento desses conflitos. Também a gente vai resgatar a questão das audiências públicas. Nós tivemos correspondências recebidas do Instituto de Direitos Humanos respondendo ofício 12 de 2018 onde não inclui senhor Danilo N. de Souza do programa de proteção de testemunhas. Seu Danilo pra quem lembra é uma questão da ACH aquela barragem de pequeno porte, UHE de Grande Porte Barragem de Braúnas, é um areeiro que pedia questões de indenizações, ele e outro senhor tiveram na reunião do CEAS. Isso já foi pautado aqui e na época esse ofício para inclusão dele como testemunhas foi pautado na comissão em função de uma suposta ameaça que ele fala o nome da pessoa, o carro que estava vigiando a casa dele, a cor, modelo e placa do carro, ele tem esses dados todos e havia pedido essa proteção e após a acolhida pela parte da comissão de Direitos Humanos e o litígio do seu Danilo entendeu-se então que não seria caso para proteção pois já não tinha mais esse risco, então estavam arquivando a questão e eles respondem ao Ceas, depois a Consolação ou se a Simone ou quiserem completar alguma coisa Dona Arlete, da mesa diretora, a Urcma BH dia 24 de novembro de 13:30 às 17:00 na Câmara Municipal de BH enviou convite pra gente, para o CEAS sendo que estarei presente representando o CEAS. A Consolação e a Simone também estarão, sendo mais uma ação de tentar fortalecer essas Urcmas, estando presente nesses espaços que é muito importante. O Ministério Público da Comarca de Carangola, informando o arquivamento da apuração do processo, de concessão de LI, do plano de assistência social do Ceas CGH Bicuiba e CGH Alto do Bicuiba, se vocês vão lembrar dessa discussão foi um caso que a Supram estava liberando a licença sem o plano de assistência social, e então nós mandamos ofício pra eles questionando porque não tinha pedido o plano e a licença de instalação estava em curso, e eles nos responderam falando que não, que o processo tinha sido arquivado por desistência do empreendedor, então não haveria o que falar de plano de assistência social, do envio da correspondência até a resposta foi arquivado esse empreendimento então não havia pendência. O Cogemas também nos convidou no dia 26 de setembro para uma mesa, se fazer presente ao Cogemas, e aí no mesmo dia 26 Consolação e eu estaremos presente em

Brasília, para uma capacitação sobre o Acórdão; uma capacitação de 2 dias sobre o Acórdão, e aí eu pedi a Dona Ivone que ela já estava no Cogemas, sendo vice-presidente, então a Consolação preparou um retrospecto a respeito do Ceas e a Dona Ivone iria nos representar lá então. O MDS encaminha orientação sobre o Censo Suas para o CMAS. O CMAS encaminha nota técnica de entidade de assessoramento e defesa de direitos, a CIB encaminhando pauta de reunião dia 26 de setembro às 14:00 horas, então vai ter uma proposta de reunião dia 19 de setembro e a comissão de apoio vai dizer, vai falar, nós tivemos uma agenda com reunião da CMAS de Pedro Leopoldo também, pra tratar das denúncias de Pedro Leopoldo que colocaram os trabalhadores reivindicando sendo uma reunião que teve na Cidade Administrativa, com a presença de vereadores do município, a assessoria técnica da SEDESE, a Débora estava lá, a Simone, Consolação, eu estive presente também quanto CEAS, tirando-se alguns encaminhamentos também, que tem necessidade de construir Fórum da Sociedade Civil, e eles estão pedindo uma outra reunião com a presença do presidente da vice-presidente, e da secretaria executiva aqui do CEAS, pra gente continuar, aí é o município pedindo, o CMAS que está pedindo essa reunião pra que a gente então possa tentar dar algumas outras tratativas. Essa reunião de lá que teve na Cidade Administrativa foi uma reunião com os vereadores, com os trabalhadores, tiveram representantes do Gabinete também que no momento lá não respondia pelo Gabinete, eu não entendi, e aí a gente está propondo uma agenda em novembro, inclusão da pauta da comissão de orçamento que vai ser tratada aqui também. Eu queria falar também em outubro eu estou de férias, então a Simone presidirá o Conselho novamente muito melhor que eu, mas eu estarei de férias, se tiver outro informe, tem a pauta, abertura, nós temos quórum, justificativa de ausência, apreciação da pauta, os informes: Cogemas, Sedese, Mesa Diretoria, reunião trimestral do CMAS, verificação de....., vai ter o acórdão do TCU e nesse acórdão do TCU a gente pediu a Sedese que indicasse uma pessoa para fazer a apresentação, sendo que ela indicou o Jaime. Eu sou prático em algumas coisas tá gente, é que eu vou fazer uma apresentação rápida sobre o que é esse acórdão, o que foi falado, também eu não domino propriamente o assunto mas por isso que o Jaime veio como debatedor, meio-dia tem o intervalo do almoço, de 13:00 às 18:00 horas as comissões temáticas e as 18:00 o encerramento, e aí nós optamos por deixar as pautas mais livres e a secretaria executiva fez uma série de levantamentos de pendências que tinham nas comissões então a gente optou em deixar a pauta da tarde mais livre para as comissões pra a gente ter um tempo maior, pra que pudesse aliviar o trabalho delas, já trazendo o que pudessem trazer o que já tivesse pronto, para que a gente desse mais celeridade e encerrasse já esse encaminhamento a alguns assuntos da comissão, então a partir da tarde a gente optou por deixar as comissões bem livres mesmo. Então vamos aos informes se tem alguns informes. Nenhum informe? Cogemas?

Gilberto- Cogemas: Bom dia a todos e a todas, quero dizer que o Cogemas está com calendário de reuniões de 2018 para esse resto de semestre, em setembro dia 26-09 a gente tem uma reunião na Cidade Administrativa, em outubro na

regional de Varginha, em novembro reunião ampliada em BH, em dezembro regional de Diamantina. A gente tem encontrado vários municípios com dificuldades sobretudo Conselhos, inferiorizar o plano de ação de 2018 a gente está trabalhando para orientar esses municípios, dificuldades também dos municípios da gestão do CMAS em preencher o demonstrativo de 2016/2015, então o Cogemas também está à disposição, se souberem de municípios que estão tendo dificuldades, é para entrar em contato pra que a gente possa também colaborar nessa orientação de como preencher esses planos todos, a gente continua fazendo uma interlocução estreita com os municípios para alertar sobre os prazos de preenchimento do Censo Suas de 2018, a gente fez uma nota de repúdio à alteração que foi feita na LOAS que fere muito a lógica do sistema único de assistência social, uma modificação que a gente ver que abrir brechas para o retrocesso histórico, a gente já tinha ultrapassado, então o Cogemas se posicionou e a gente tem feito um trabalho intenso agora pra esse resto de semestre alertando sobre os prazos de benefícios de prestação continuada uma questão de cadastrar todos no CadÚnico então são essas tarefas que o Conselho pode colaborar pra gente cumprir isso. Essas são os informes do Cogemas.

Ivone-Cogemas: É que nós tivemos também a primeira reunião de posse do Congemas Nacional em Brasília, sendo que foram eu e o José. No momento nós tivemos também a oportunidade de participar do seminário da Unicef, o primeiro seminário sobre as trajetórias de crianças e adolescentes na escola que foi um seminário muito rico também, e a reunião da diretoria do Congemas Nacional também foi muito positiva com planejamento das atividades também, então eu queria também socializar aqui.

Simone: Eu vou dar outros informes aqui da Sedese, informar ao Conselho que ainda estão abertos os aceites ao cofinanciamento federal para o programa Acessuas trabalho para o estado e municípios, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social Nº 13 de 2018 e aceite estados e municípios a Resolução (eu já li), também para o cofinanciamento federal para o serviço de proteção e atenção integral às famílias, indivíduos e medidas sócio educativas em meio aberto e LA e PSC ofertadas no âmbito do Creas, lembrando que o Conselho fez o aceite desde o princípio, aprovou o aceite nosso mas nós ainda não recebemos o cofinanciamento nem do Acessuas e nem das medidas, também aqui eu queria colocar, os conselheiros sabem que a gente está fazendo uma campanha de inclusão do BPC no cadastro único, uma campanha importantíssima porque os conselheiros sabem que os usuários que não se cadastrarem no cadastro único, idosos e deficientes que recebem o benefício de prestação continuada que não se cadastrarem até 31 de dezembro eles perderão sumariamente o benefício de prestação continuada, então a gente tem feito um esforço grande para que nenhuma pessoa que recebe o BPC perca esse direito então eu mostro aqui agora os resultados de junho até julho, qual era a situação aqui em Minas Gerais: de idosos nós temos 188.750 pessoas que recebem o BPC idoso em Minas Gérias, o BPC da pessoa com deficiência nós temos 258.940 pessoas com deficiência que recebem o BPC, no total geral nós temos 447.690 pessoas que recebem o BPC em Minas Gerais,

quantidade que nós já cadastramos de idosos a gente cadastrou no cadastro único 78% dos idosos então foram cadastrados 146.652 usuários e das pessoas com deficiência nós cadastramos 73% que é 188.682 então nós temos ainda que é um dado importante e preocupante, de idosos 22% são cadastrados que dá um total de 42.098 idosos e 70.258 pessoas com deficiência e nós ainda temos em Minas Gerais 112.356. Minas é um dos estados que mais cadastrou no cadastro único. Nós estamos em segundo lugar no ranking nacional que poderia ser considerado como primeiro pelo tamanho do nosso estado e a quantidade de beneficiários que tem aqui, na região sudeste nós estamos em primeiro lugar se compararmos aí com Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que são estados que tem mais proximidade com nossa realidade, apesar de que Espírito Santo tem 75 municípios e Rio de Janeiro 77 então tem 10 vezes menos municípios do que o estado de Minas Gerais, isso não se deve só do esforço da Sedese, mais sem dúvida nenhuma um esforço conjunto de governo estadual mas também muito dos governos municipais, dos conselhos, dos movimentos enfim um esforço conjunto. Eu vou mostrar aqui como está a situação por regional, é importante principalmente para os conselheiros ficarem atentos e quem sabe também a comissão de apoio, os conselhos poderem avisar e a gente também informar as regionais, enfim, todos da nossa situação. Então vejam só, na regional de Teófilo Otoni nós temos a média menor do que 75%, então nós temos em Teófilo Otoni que 55% falta para cadastramento, em Governador Valadares 53%, em Salinas 52%, Paracatu 50%, Uberaba 50%, Uberlândia 50%, Timóteo 48%, Almenara 47%, São João del Rei 46%, Montes Claros 44%, Poços de Caldas 43%, Muriaé 43%, Passos 41%, Patos de Minas 38%, Juiz de Fora 38%, Varginha 37%, Região Metropolitana 34%, Ituiutaba 33%, Curvelo 27%, Diamantina 26%, Divinópolis 25%, Araçuaí 24%, total em Minas Gerais 42% e nós temos quantidade de municípios com percentual de cadastramento acima da média estadual. Os que eu li são os que estão abaixo, mas nós temos o ranking de quem estão acima nós temos um percentual de 45% em Teófilo Otoni, 47% que dá no total 32 municípios, em Governador Valadares 48% que dá 12 municípios em Salinas, Paracatu nós temos 8 municípios na regional de Paracatu então metade dos municípios nós temos que estão em percentual de cadastramento acima da média estadual e assim por diante, então é importante pra que a gente também localize melhor onde estão os problemas, hoje nós desenvolvemos lá na Superintendência da Proteção Básica com a equipe da Vigilância um monitoramento por municípios e nós estamos mandando para o Secretário Municipal: olha o seu município faltam tantos cadastrados, faltam tantos para cadastrar, e agora também depois eu vou abrir porque a Débora explica melhor, nós estamos também informando aos municípios uma nova instrução normativa que o Ministério do Desenvolvimento Social soltou que dentro do SIGPBF sistema do bolsa família também os municípios vão poder pegar quem nominalmente ainda não foi cadastrado, na agência bancária dele aonde ele recebe que é uma forma da gente identificar melhor aonde estão esses usuários, nós vamos levar para CIB na semana que vem um balanço da

campanha, porque a CIB está fazendo um monitoramento, nós estamos fazendo o monitoramento e é importante que a gente fique bastante atento para que os Conselhos das pessoas com deficiências, das pessoas idosas fiquem alertas da situação que pode ser que a gente tenha que pensar na articulação para que ninguém perca principalmente porque os problemas que estão acontecendo são problemas muito ligados a gestão desse processo, então não tenha a ver com usuário, a gente não pode permitir que os usuários sejam responsabilizados pelos problemas de cadastramento que o SUAS vem tendo muito por sistema, por falta de compreensão e articulação do próprio processo. A gente vai fazer uma orientação pra todas as unidades de acolhimento de Minas Gerais não sei se a conselheira Juanita já chegou aí, bom dia, e talvez a Federação nos ajude a ver. A forma do cadastramento das unidades de acolhimento é diferente então muitas unidades de acolhimento estão sem compreender exatamente como que faz para o preenchimento dentro do sistema, então a gente vai fazer uma orientação específica e direcionada para as unidades de acolhimento. Outra questão, nós realizamos no dia 18 de setembro a primeira reunião ordinária do núcleo estadual de educação permanente, eu trouxe aqui a pauta para vocês verem o que a gente discutiu, nós apreciamos o regimento interno, apreciamos e aprovamos e agora estamos discutindo a minuta de resolução que define parâmetros de educação permanente em Minas Gerais. Eu não sei se todos recordam mas nós fizemos o seminário da educação permanente, a eleição foi apresentada nesse seminário, nós recolhemos e acolhemos todas as sugestões e agora o núcleo está debruçando sobre as propostas e também tentando dar mais consistência e principalmente maior clareza para o debate da educação permanente. Nós tivemos a participação do Conselho Estadual mas também das representações dos Fóruns, então estavam presentes lá Dona Arlete, Irajá, Isac, vejam aqui quem são os membros para que todos possam ter clareza, nós estamos discutindo a Resolução, só lembrando que a gente encaminhou para o Conselho Estadual e por orientação do nosso presidente ele achou melhor, claro e mais correto que já que a gente tem um Núcleo de Educação Permanente, que essa Resolução fosse discutida no Núcleo antes de vir para o Conselho Estadual e assim nós estamos fazendo e estamos com o calendário já também para que o Núcleo possa discutir e encaminhar para o Conselho Estadual. Compõem o Núcleo: representantes indicados pela SEDESE: eu, o Jaime a Ester **Espeschit** da Utramig e o Marcos Arcanjo de Assis da Fundação João Pinheiro, representa o COGEMAS: o Gilberto, a Ivone e representa o Fórum Estadual de Trabalhadores a Marcela Caldeira da Silva a Paula Luiza Rodrigues, a Marcela é do Fórum Estadual de Trabalhadores ela é uma trabalhadora de Machacalis e a Paula é uma trabalhadora de Betim, representa os usuários o Isac e o Irajá ou Damião, representa as entidades a Maria Juanita e o Márcio Caldeira como titulares e representa as instituições de ensino superior a professora Simone Viana da PUC de Minas, a professora Jussara Maria de Carvalho Guimarães da Unimontes, as professoras Nancy Cristiane Nunes de Varginha e a professora Rosane P. Silva da Minas Belo Horizonte. A próxima reunião será dia 15 de outubro onde a gente

vai continuar a discutir a minuta de Resolução que define parâmetros da educação permanente em Minas Gerais e também vamos aprofundar debates sobre supervisão técnica. Em novembro o Núcleo vai debater a execução do Capacita SUAS onde será apresentado uma avaliação final, quero também informar ao Conselho que dentro do eixo do apoio técnico do programa Rede Cuidar, o programa está lançando um caderno de orientações sobre o serviço de acolhimento, o caderno “Reordenar para bem cuidar” demonstra o compromisso com processo de reordenamento do serviço segundo os princípios da excepcionalidade, provisoriedade tendo como principal objetivo a reconstrução e preservação dos vínculos familiares e comunitários dos usuários atendidos. Neste volume previamos as orientações para os gestores, técnicos e trabalhadores das unidades de acolhimento que atendem especificamente o público de crianças, adolescentes, jovens, adultos com deficiências e pessoas idosas, em consonância com as normativas específicas, de cada segmento e em conformidades com o SUAS, aí está a carinha do caderno que é uma carinha aí com as imagens do público atendido, aqui é uma situação do preenchimento do plano de serviço do ano de 2017, é uma situação de 19 de setembro de 2018, 842 municípios já aprovaram em preenchimento 5 e nós do Conselho Municipal 6, o plano de serviço de 2018 é uma situação também de 19 de setembro nós temos cadastrados 770, em preenchimento 52, em análise do Conselho Municipal 31. Terminei. Obrigado, não, esqueci, só para informação que também já está disponibilizado o caderno “Perguntas e respostas do Programa Rede Cuidar” que foi um documento que inclusive teve contribuição do Fórum de Entidades e o documento contém as normativas do Programa Rede Cuidar e da política de assistência social o caderno vem para subsidiar a execução dos recursos do incentivo financeiro e as ações de monitoramento e apoio técnico e também informar os senhores que nós estamos também extinguindo o certificado de regularidade, por que nós estamos extinguimos esse certificado? Porque ele não faz mais sentido, ninguém mais pede certificado de regularidade para entidade, hoje as entidades são inscritas no Conselho Municipal cadastradas no Cneas nós já estamos adequando as novas normativas em vigor e nós também estamos reformulando o programa “conta com a gente” as unidades beneficiárias com descontos serão aquelas contempladas no programa “Rede Cuidar” sendo assim será firmado um termo de cooperação técnica da Sedese com cada uma das companhias tanto da Copasa quanto da Cemig, nós fizemos uma reunião com a Copasa dia 14 de setembro e com a Cemig vai ser realizada no dia 27 de setembro, só pra deixar mais claro aqui, também tranquilizar os conselheiros de que todas as entidades de Minas Gerais elas participam do programa, então não serão só aquelas cofinanciadas, uma coisa é receber o incentivo financeiro outra coisa é que as entidades sejam contempladas com outras ações do programa, lembrando que o programa tem 3 eixos, 1 eixo que é o eixo do apoio financeiro. Agora terminei e quero saber se a Débora quer continuar. Não? Obrigado.

Rodrigo: Algum outro informe? Não? A Consolação está me lembrando aqui da reunião trimestral do CMAS, eu estive na reunião trimestral desse mês e dentro

da questão foi com a pauta desse acórdão a outra questão foi o FONASEAS tinha feito uma nota de repúdio onde colocava a questão da alteração em função da lei (eu não lembro dela ainda) e nessa nota de repúdio eles reconheciam, colocavam como argumento considerando que a alteração da LOASs colocam medicamento do SUAS, a dispensação de medicamento no SUAS e aí eu chamei um alerta a eles e dizendo até da fala da Simone que a gente precisa ter cuidado com as interpretações, a alteração da LOAS foi feito no capítulo da articulação e não de concessão, não de benefícios em nenhum outro capítulo a não ser a articulação, portanto não cabe dispensação de medicamentos no Suas, de qualquer forma nem com alteração e aí pode ser o FONASEAS que irá colocar isso na Nota de Repúdio, interpretação equivocada chamando a interpretação inclusive alertando aos municípios sobre uma possibilidade que não existe, o pessoal da Secretaria Nacional e do Conselho Nacional e os demais CEAS que estavam lá concordaram conosco então nós retiramos essa parte e foi feita uma nota de repúdio em cima então do FONASEAS puxando essa nota de repúdio e o CEAS assinando dando nuência a essa nota e aí foram todos os estados, segundo o Conselho Nacional erraram por todos os estados por causa das dificuldades, condições objetivas mesmo, mas nessa reunião estavam todos os estados, diversos estados com presidentes recém empossados, diversos estados com mandatos tampão, presidentes que renunciaram, uma confusão, nós temos alguns estados bem complicados assim em termo de CEAS, nós estamos indo muito bem Graças a Deus, e aí então teve essa nota de repúdio, a outra questão também que eu estou a lembrar aqui, pegar rapidamente a Secretaria Nacional trouxe um caderno de uma nota técnica intitulada “Atenção as famílias das mulheres grávidas, lactantes, com filhas e filhos até 12 anos incompletos ou com deficiências privadas de liberdade” e isso foi uma alteração que foi feita no estatuto da criança e que dentre as questões instaurou inquérito sendo que a autoridade policial tem que perguntar se ela é lactante se ela tem filho dessa idade com deficiência e com uma série de medidas e aí o que acontece, eu anotei o nome do Conselho, mas é o Conselho ligado a segurança pública. O Conselho Nacional fez uma resolução colocando o atendimento à essas famílias, ao CRAS e CREAS, eu achei bacana eles reconhecerem a política de assistência, o ruim é quando você não conversa com a política de assistência e aí você coloca uma função pro CRAS que não é do CRAS e sim uma função do CREAS. Ela está colada com medidas sócio educativa e outras coisas, e eles vieram com um tipo de manual e no final dele tem até modelos de encaminhamentos meio padronizando o fluxo, que era só uma nota técnica, sendo que falou não ser só uma nota técnica e isso institui procedimento. Veio eu e nenhum estado tinha recebido aquilo e eles queriam que o CEAS endossasse essas notas técnicas. Então nós recusamos e voltou para a comissão de política que ia ser tratada no outro dia, e agora na próxima reunião descentralizada isso deveria voltar, o argumento deles era que a Secretaria Nacional e o MDS pode soltar nota técnica. Se pode, então soltasse autonomamente, não pedindo anuência dos Conselhos e dos Presidentes que estavam lá. A próxima reunião descentralizada, iria ter uma

reunião do FONASEAS que seria em Manaus agora em novembro se eu não me engano, acho que foi isso, e segundo a Secretaria Nacional em relação a alteração da LOAS a própria Secretaria Nacional estaria movimentando pra revogar aquilo, tirar aquele artigo, porque a LOAS originária era de entidade visual do SUAS, então o Senado colocava aquele corpo estranho na calada da noite na lei, e aí segundo a representante da Secretaria Nacional que estava lá, ela era diretoria da atenção básica se eu não me engano, aquela alteração foi de desconhecimento inclusive da Secretária Nacional, então a Secretária Nacional e o MDS não estavam coabitando com aquela alteração. Tomara, pois a gente teria que esperar, então na trimestral basicamente foram tratadas essas questões. Algum outro informe? Não? Então vamos para as apresentação do acórdão. Eu mandei um grupo dos conselheiros agora do CEAS, o acórdão não era essa apresentação, foi a apresentação que eles usaram lá na descentralizada também, logo gentilmente eles mandaram pra mim, eu baixei e mandei para vocês, ele explica, tem os gráficos, Consolação gentilmente fez um resumo dessa apresentação, um trabalho pra gente aqui, eu também comecei a entender esse acórdão agora pois eu tinha dificuldade de entender algumas coisas ainda não sei explicar muito. Consolação está aqui. Simone se puder me ajudar, o pessoal da SEDESE, a Gabriele vai apresentar, obrigado, então vamos, aí tem um relato, a Gabriele está entregando pra gente um relato da reunião que teve realizada dia 20 e 21 de agosto deste ano na Secretaria Nacional lá em Brasília, então o acórdão é o 2404 de 2017. A primeira coisa, eu resolvi falar o que é o acórdão, porque a gente fala acórdão, acórdão, aí eu falei tá o que é isso é um acordo é um taq? E aí eu não sei se todos conhecem mas eu desconhecia o significado Conselheiros, eu desconhecia então a explicação do que é um acórdão, não é um taq, é termo jurídico, decisão judicial final ou sentença atribuída por uma instância superior para um modelo para as situações análogas então gera uma jurisprudência, ela é feita por um colegiado, ou seja todos ou a maioria tentam decidir no acordo, (eu vou pular) a grande diferença entre a sentença e o acórdão é que a sentença é proferida apenas por 1 julgador enquanto o acórdão é por colegiado de julgadores, pra chegar num resultado final e decisivo, então essa é a diferença, o acórdão é coletivo. Gente, tem um ordenamento de coisas pra vocês, me perdoa. O acórdão então foi estabelecido considerando que os Conselhos de Assistência Social são responsáveis pelo controle social dos recursos federais descentralizados no âmbito do Suas, nós somos co-gestores responsáveis pela co-gestão do fundo municipal, dos fundos que a principal fonte dos dados foi os conselhos, censo suas, que é uma ação declaratória, então foi feita uma pesquisa em diversos conselhos levando em consideração o que foi feito pelo censo suas e o TCU então visitou 17 municípios a maioria no Piauí e Sergipe, sendo feito um levantamento da auditoria da Secretaria Nacional de Assistência Social MDS tendo por um dos seus objetivos identificar os processos de trabalhos a serem acompanhadas e indicar futuras fiscalizações que foram realizadas em 2013, então teve além disso tudo esse levantamento da Secretaria, avaliar osistemática de prestação de contas e transferência do fundo de assistência em

2014. Então foi pra ver como que estavam funcionando os conselhos, se estavam funcionando, se tinham paridade se eles de fato aprovavam plano se tinham fundo, como é que estava isso, o objetivo da temática do controle dos recursos federais descentralizados no âmbito do Suas abordando a participação dos Conselhos de Assistência Social na realização desses controles, então o conselho de fato controla o fundo? O Conselho de fato aprova o orçamento? O Conselho de fato aprova os planos? As limitações: como o Conselhos de Assistência Social **permitem** utilizar os recursos federais e não representa instituições diretamente jurisdicionadas a atuação do Tribunal de Contas da União faz-se necessário detectar o órgão público que ao mesmo tempo seja ele jurisdicionado ao TCU e que possui incidência sobre atuação aos Conselhos de Assistência Social que no caso é o MDS. Essa parte eu confesso a vocês que eu não entendi muito não. Gabriele falou. Eu acho que eu entendi mas estou com medo de falar bobeira então eu não vou falar não. Desta forma a estratégia empregada a auditoria é de influenciar a atuação dos Conselho por intermédio de atuação do MDS, então o MDS ele que é o legislador. **Gabriele:** Bom dia gente, só pra elucidar essa parte é porque está falando ali é que o TCU não poderia ir diretamente nos conselhos pra questionar a atuação deles isso não é papel não é competência do TCU então como ele tem que controlar os recursos federais executados diretamente quem repassa os recursos é o MDS, então ele só pode recomendar ou determinar as coisas para o MDS, direto nos conselhos ele não pode ir. **Rodrigo:** Obrigado, Gabriele, gente. Vamos lá, e do que se trata, tem que mudar o artigo 30 da LOAS que diz que é condição para o repasse aos municípios, estados e Distrito Federal, o recurso que trata dessa lei a efetiva instituição em funcionamento de Conselhos, Fundo e Plano, que a lei nova 2 mil e alguma coisa altera a ordem, a gente ainda fala CPF mas não é CPF, agora mudou a ordem Conselhos, Fundo e Plano, antes era Conselho, Plano e Fundo, sempre foi? Eu achei que alterava, eu só vi a lei nova, então não altera nada não gente, a minha cabeça que é doida. Ainda é condição para receber recursos do Fundo Nacional a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinada a assistência social alocados a respectivos fundos a partir do exercício de 1999 e aí a maioria dos municípios aloca o recurso próprio porque os repasses federais e estadual não são suficientes mesmo para custear a política de assistência social. Todos sabemos disso, o município banca a maior parte, contudo a maioria dos municípios colocam na sua conta geral e tem o fundo instituído em lei mas não tem uma conta específica do fundo também, então quando o Conselho vai fiscalizar você pede o extrato você consegue nota fiscal uma série de coisa mas você não consegue detalhamento em extrato porque está na conta geral está tudo lá, e aí por exemplo folha de pagamento, da onde está saindo? Da conta geral do município, então é preciso que tenha essa conta pra que o Conselho consiga fazer esse controle propriamente mais dito, isso acontecia muito no município que eu trabalho. A gente conseguiu a pouco tempo tentar resolver isso, então o que ficou decidido, determinar ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário com **foco** no artigo 43 inciso I da Lei 8443 de 92 Regimento Interno que

elaborasse e remetesse o plano de ação a esta corte então o Conselho Nacional e Ministério de Desenvolvimento Social tem que remeter o plano de ação aos magistrados. Condicionar repasse (é isso aí que é interessante, aí que começa a apertar) condicionar o repasse de recurso ao efetivo funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, artigo 30 condicionar repasse de recursos a observância da paridade entre prestação de governo e sociedade civil (a maioria dos governos eu não digo maioria porque eu não tenho dados estatísticos), mas diversos conselhos não tem paridade com a sociedade civil e as vezes não tem nem a proporcionalidade entre sociedade civil mas aí está dizendo da paridade apenas, aqui nós não temos proporcionalidade no Ceas nós temos que olhar isso, condicionar o repasse de recurso de efetivo existência dos planos de assistência social, gente, com esses municípios tem que implantar desde 2009, é difícil o negócio, recomendar a Secretaria Nacional que promova a alteração do cadastro nacional no CadSuas, encaminhar cópia da liberação do Ministério de Desenvolvimento Social ao conselho nacional de assistência social, Ministério, Transparência e controladoria geral da união, a comissão de seguridade social e a família da câmara dos deputados, e a comissão de assuntos especiais do senado federal, determinar a secretaria executiva da Presidência, que realize monitoramento da determinação da recomendação proferidas deste acórdão, transferência ativa garantindo o acesso amplo das informações pertinentes, plano de ação, perdão, pulei o título, que considerou 3 principais diretrizes, transferência ativa garantindo o acesso a ampla informação pertinente ao controle social, exercício dos conselhos de assistência social, monitoramento dos índices por meio das ações preventivas e de controle que visem garantir o cumprimento das condicionantes do artigo 30, e capacitação que visa aprimorar a função do controle as vezes exercido pelo conselho de assistência social. Nós, como eu disse no começo, dia 26 e 27 Consolação e eu estaremos em Brasília, numa capacitação, numa reunião de apoio técnico, também fala do acórdão também, fala desse encontro de apoio técnico, nesse outro que tem aí com vocês fala de criação de custo em AD pra controle social que o MDS também fez esse curso, tirou do ar agora, mas existe esse curso, Consolação e eu estaremos em Brasília então dia 26 e 27, que vai tratar sobre essa capacitação, sobre esse acórdão, e aí nós vamos ter hoje um preparatório pra esse encontro pra gente, pra gente já ir mais municiado de informação pelo menos eu, e aí a gente trás isso de volta como pauta em outubro, porque isso vai revelar os conselhos municipais, então a gente tem que saber como a gente vai tratar com essa questão quais serão e as tratativas que o CEAS tem que ter com relação a esse acórdão. Então é isso, sem mais delongas, Jaime. **Jaime:** Bom dia, eu sempre quis justificar, muito breve, é o seguinte gente, o MDS fez agora recente também uma reunião de apoio técnico para os estados, a Gabriele, a Solange e o Amauri que estão aqui, eles tiveram nesse apoio técnico e agora vai ser realizado apenas para os conselhos e a diretora de gestão de trabalho de educação permanente também estará presente nesse momento, então eles com muito mais propriedade do que eu tem condição de estar colocando as questões que foram discutidas lá em Brasília, eu só queria

chamar atenção pra algumas coisas que me preocupam muito que são com relação a esse acórdão, que é principalmente tentar transferir para o conselho uma atribuição que não é de controle, é de controle da política mas não é da mesma natureza do controle que os órgãos de controle fazem, que tem estrutura que são institucionalizados, que tem todo o apoio necessário para isso, então a gente tem que tomar muito cuidado com isso do jeito que é tratado pelo Tribunal de Contas a atuação dos Conselhos e outra coisa que eu acho que é extremamente delicada é a discussão da proporcionalidade que está sendo colocada nessa discussão, tendo em vista que nem sempre você consegue por todos os segmentos representados no conselho municipal então acho que é preciso que a gente discuta bem isso Rodrigo, lá em Brasília, porque é preciso questionar também o TCU, é possível que a gente questione o TCU, não precisamos aceitar tudo, vamos ver até que ponto o MDS apresenta o plano de ação aí que esse acórdão ele vai se aplicar imediatamente, vai depender muito das ações que o MDS vai fazer de apoio técnico nós também teremos que fazer e aí a Gabriele também preparou um material que dá uma noção de como que está Minas Gerais no Brasil principalmente nessas questões que o acórdão levanta.

Rodrigo: Obrigado Jaime. **Gabriele:** Eu acho que pode passar direto para os gráficos porque essa parte o Rodrigo já apresentou, mas assim basicamente o acórdão ele vem dizer que o MDS tem que condicionar o repasse a existência de conselho, plano e fundo, a questão do fundo ela não foi abordada no Encontro porque a questão do fundo eles entendem que já foi ocasionada, sendo que todos os municípios do Brasil e de Minas também tem o fundo com o CNPJ próprio mas o que pega na questão do fundo é o controle exercido pelos Conselhos no fundo, então eles tem questionado assim o Conselho ele tem a capacitação adequada pra dizer sobre prestação de contas, sobre o plano de ação ele delibera sobre o plano municipal e estadual de assistência social, ele cumpre com todas as competências que as normativas colocam pra ele, então é basicamente isso que está sendo questionada, e aí a gente trouxe um pouco do panorama pra gente ter uma noção quanto aos planos de assistência social no Brasil se a gente for pegar os estados, entre os 27 estados 19 tem o plano estadual de assistência social e 8 não tem, então 30% não tem, mas quando a gente vai olhar a validade do plano, que a NOBSuas vem dizer que o plano municipal ou estadual de assistência social ele tem validade de 4 anos e tem que obedecer o período do PPA – Plano Plurianual então quando a gente vai ver a validade dos planos 12 estados deliberaram após o ano de 2015 e 7 estados deliberaram anteriormente a 2015, então a gente teria 15 estados que estão fora dessa normativa, dessa determinação, quanto aos municípios, a gente trouxe o panorama do Brasil e de Minas Gerais de acordo com o censo suas de 2017 do Conselho, 25% dos municípios de Minas não tem o plano e no Brasil é 12%, aí na verdade a gente pegou os dados do censo suas que em Minas Gerais foi preenchido por 836 conselhos só em 2017 mas o MDS fez uma pesquisa complementar então além do censo SUAS ele fez um formulário que na verdade não passou pelos estados a gente descobriu esse formulário lá no Encontro, mas aí é uma pesquisa que

eles estão fazendo mais qualitativa sobre o plano, se o município não tem plano quais são as dificuldades para elaboração do plano e aí eles se comprometeram a enviar essa pesquisa pra gente depois por enquanto a gente está pautado só no censo suas mesmo, aí no caso do plano dos municípios que possui quantos conselhos que deliberaram sobre o plano que é uma das competências do conselho, a grande maioria quanto Minas quanto o Brasil dos que tem plano o conselho deliberou 94%, 97%, aí quanto a validade do plano o ano da última aprovação a gente ver assim que a maioria foi deliberada após 2014, no Brasil temos 49 municípios que a deliberação foi anterior a 2012, 82 que a deliberação foi em 2013, 100 municípios em 2014 e a maioria foi deliberada no ano de 2017, com relação a paridade que é uma coisa também que foi muito abordada lá eu acredito que nesse próximo encontro da semana que vem vai ser mais pautada ainda pela presença dos conselhos estaduais, o TCU questionou o MDS sobre a paridade dos Conselhos, então a própria composição, eles falam que favorece uma representação governamental majoritária, tem um documento maior que explica assim que a própria orientação do CNAS por exemplo de no mínimo 10 conselheiros ela por si só não está respeitando a paridade. Eles falam que tem que ser no mínimo um número múltiplo de 6, porque por exemplo pra ter usuário, entidade, trabalhador e 3 do governo então sempre a composição dos conselhos tem que ser múltiplo de 6 então no mínimo seria 12 e não 10, então até essa simples orientação do CNAS já vai ter uma repercussão, já vai ter que ser alterada, vai ter que ser dada outra diretriz, então a gente está no início mesmo das discussões com relação ao acórdão, pelo que eu entendi no apoio técnico o MDS aceitou, acatou o acórdão mas está tentando protelar ele no tempo, tentando deixar com que isso seja aplicado só daqui a bastante tempo até que tenha sido feito as capacitações, as adaptações, com relação ao plano o TCU fala que tem que ter um plano existente, válido e adequado então o que seria um plano adequado, a gente não tem isso construído, como que a gente vai delimitar esse plano, se está bom ou não e se cada um é baseado na realidade. O MDS pra isso está propondo fazer um sistema de informação que os municípios colocam em algumas das informações do plano nesse sistema e o sistema está previsto para novembro de 2019, então não é uma coisa para o curtíssimo prazo porque até que esse sistema exista e eles consigam construir o que é um plano adequado a gente não vai sair do lugar, aqui enquanto a paridade olhando com base dos recursos humanos do censo de 2017, 67% dos municípios não tem conselho paritário e 33% tem aqui em Minas no censo de 2017. No Brasil 63% não tem, 37% tem. Quanto a proporcionalidade se for pegar no pé da letra nenhum é proporcional, a LOAS a gente ver o quantitativo de conselheiros em Minas 12.743 conselheiros e no Brasil 84.973, acho que acabou os dados, a gente quer no mais é isso. A gente entregou pra vocês o relato da reunião, eles estão propondo agora no próximo encontro em setembro e parece que já tem um agendado para outubro, pra realmente ver qual vai ser o papel dos estados nesse apoio técnico aos municípios, para o plano, para o conselho e também essa articulação com o CMAS com o CEAS na questão do controle social, acho que no

mais é isso, vocês querem complementar alguma coisa? **Amauri:** Bom dia a todos e todas sobre o processo eu já ouvi Encontro de apoio técnico com municípios, com os estados, agora apoio técnico com Conselhos e dia 31 em outubro teve Encontro com a gestão, bem com os estados e a ideia desses Encontros é tanto dar ciência aos municípios, Conselhos e a gestão Estadual do acórdão refletir e colher sugestão de como poderia dar tratamento as recomendações e determinações do TCU, e aí falando do Encontro, do clube do Encontro que nós tivemos, a gente as vezes toma cuidado pra não achar e questionar sempre que tudo é visto de origem, que é uma ação contra o estados, o que me chamou atenção lá foi muito mais a postura dos estados, por exemplo, quando um falava que em relação a algum tipo de bloqueio ou punição os estados achavam que tinham um resultado se tivesse uma punição mais imediata ai a gente fala como assim? Com municípios **que havia recurso**. Foi quase um embate, mas o posicionamento foi o seguinte, você não tem ideia do uso progressivo da força, certo? Que a força precisa ser usada, mas tem que avaliar qual o resultado pela força porque se o uso da força foi gerado, por maior do que se eu não uso, melhor não utilizar ou seja porque recurso do município pode gerar muitos problemas porque qual o papel de impacto dos estados em apoiar os municípios para que a situação seja questionada? Nossa avaliação, o estado tinha uma visão extremamente punitiva em relação aos municípios, inclusive contrário ao que o MDS estava falando de não ter essa relação de tão punitiva assim, isso é uma coisa que ficou muito marcante pra gente. Toda a pontuação de como é a relação de estados na sua maioria com os municípios e a ideia de ser tão punitiva com os entes municipais. **Rodrigo:** Obrigado, Amauri, dona Ivone estava inscrita, Márcio, vou passar pra dona Ivone, eu estou pegando inscrição. **Ivone:** Eu acho que se trata de algo bem pertinente pra esse Conselho, porque de fato toda a nossa Conferência, tudo que nós estamos fazendo nos Fóruns, da articulação das URCMAS é pensando nessa condição de melhor funcionamento do controle social e a gente está acompanhando um pouco através de zap aí os grupos, os gestores, a dificuldade mesmo principalmente dos presidentes de Conselho na hora de estar registrando no sistema, aprovando sistema, aprovando demonstrativo, aprovando plano, então assim, há uma situação bem característica de falta de conhecimento do controle principalmente em relação aos municípios, então o nosso secretário executivo do COGEMAS pediu para que eu pudesse externar o quanto que ele está sentido de presidente de conselho, de gestores que não estão dando conta de estar cumprindo com os prazos, com o sistema, meramente gerar uma nova senha eles levam 4, 5 dias, uma semana o gestor, o presidente não sabe como fazer sendo que é 1 minuto você pede uma nova senha, então assim, coisas muito simples que as vezes municípios pequenos fazem parecer que é uma coisa grande, difícil, impossível, eu recebi também muitos gestores que me mandam: como é que faz isso, o meu plano lá no MDS, eu fiz tudo e não aconteceu nada, está falando que não foi aprovado, eu falo, abre o plano, olha o status do seu plano, está dizendo que está em aprovação do Conselho, eu falo então a sua parte você já fez, simplesmente olhar

no plano o que está acontecendo, não dá conta, falo então vai lá no Conselho, procura o Conselho, porque está parado lá no Conselho, então falta isso mesmo, uma dificuldade enorme, então eu acho que o acórdão é uma coisa jurídica que vai vir e vai cobrar mais, mas é o dia-a-dia, é o feijão com arroz que nós como conselheiros estaduais temos com esses conselheiros municipais, este conselho pra estar contribuindo, então acho que chama mais pra nós, pro Conselho Estadual pra nós gestores também essa responsabilidade aí. **Márcio** - Assprom: Bom dia a todos Márcio, Assprom, eu quero complementar o que a conselheira Ivone coloca a gente precisa realmente linha de orientação aos Conselhos no ponto de vista de sua organização agora me preocupa muito sim essa verticalização como chega, essas questões colocas aqui, essas preocupações que foram externas aqui pelo próprio representante da Sedese, o que está por trás de determinadas possibilidades, porque se a gente começar a bloquear imediatamente os recursos dos municípios sem o devido processo de adequação então a gente tem que ficar muito atento a esse tipo de movimento, porque nós temos aqui experiências vividas ao longo desses últimos 2 anos, que as coisas são iniciadas de uma forma e na hora que a gente pisca aconteceu, a gente tem que ficar muito atento porque está começando a ter uma chancela legal nos processos, um acórdão no TCU baseado nisso aí, vem uma legislação pesada, gente eu acho que o que foi coloca aqui, TCU é um órgão de controle, é fato, mas ele também pode ser contestado, acho que a gente tem que ficar muito atento à essas questões, pode ter uma bordada de uma hora pra outra, acho que você tem aí os quadros que foram apresentados, os números, você tem muitas irregularidades e tem muitos acertos no processo, agora qual que é a adequação dessa fragilidade da não adequação que foi apresentada aqui, qual que é o plano de não sei se a gente pode colocar o nome de plano de previdência que vai ser utilizado para fazer correção mas assim, a gente tem que tomar muito cuidado do indicativo de primeiro dar a pancada pra depois pra fazer correção a gente está ficando muito calejado nesses Conselhos principalmente na assistência, a gente tem tido muita surpresa em determinados momento assim que a gente só consegue perceber depois que a coisa está instituída, eu também concordo claramente aqui que eu acho que os conselheiros que já tiveram experiência em outros Conselhos Municipais aí, das grandes dificuldades de composição de Conselho, de manutenção de Conselho, de operacionalização das funções do Conselho, acho que isso é muito claro para gente que é necessário a gente fazer essas intervenções, acho que todas as estratégias que o conselho aqui de Minas tem trabalhado é nessa perspectiva de potencializar a ação do controle social, acho que a gente tem que ficar nessa pegada, intensificar mas também ficar extremamente vigilantes em relação as consequências nefastas que o acórdão pode ser utilizado para inviabilizar determinadas transferências de recursos, acho que a gente tem que ficar atentos para isso. Obrigado. **Simone**: Não, eu também vou nessa linha que o Márcio colocou e ontem a gente discutiu isso também na presidência ampliada do conselho, nós temos órgão de controle tanto TCU quanto a CGU, o Tribunal de Contas da União quanto a CGU eles

podem recomendar e podem determinar, o TCU que é um órgão de controle do legislativo sobre o executivo é um controle externo, o poder dele, ele determina, pode cumprir ou como diz o Márcio a gente pode contestar também e já foi contestado várias vezes, e uma coisa que é importante a gente também compreender o que está por trás do Tribunal de Contas da União quando ele faz determinadas observações, o que ele chama de irregularidade é importantíssimo a gente discutir o que ele chama de irregularidade, porque em nenhum momento dos 3 acórdãos que foram feitos no período da implantação do SUAS a gente não viu no SUAS denúncias como são feitas por exemplo no SUS que internou homem e ela foi registrada como gravidez ou parto, sem ter desvio de dinheiro é isso que eu estou tentando dizer, esse não é um problema identificado na área da assistência social, o problema identificado é da própria área, a dúvida com que pode ou que não pode gastar, muito pelos gestores, que uma parte fala que pode gastar com isso outra parte fala que não pode gastar, lá na SEDESE mesmo se perguntasse pra nós, cada um de nós separadamente, capaz de cada um de nós ter uma opinião, até a gente criar o caderno de anotação que todo mundo vai lá nele e tá o caderninho, mesmo com o caderninho é capaz ainda de nós, porque a área tem dúvidas, tem muitas dúvidas é impressionante, e a gente sabe da nossa história, então outra coisa que é muito percebida é o debate no Brasil hoje de recentralização das políticas públicas, toda vez que fala que municípios não sabe fazer, que municípios não tem competência pra fazer, por trás do debate todo mundo sabe que não tem competência tem aqueles que defendem e cada dia mais, defendem mais, cada vez mais que a gente recentralize as políticas que o governo federal mande, como mandava na época da ditadura por exemplo que os municípios deveriam trocar a chave do centro de saúde lá de Cordisburgo, enquanto não chegasse a autorização lá do Ministério da Saúde não podia trocar a chave lá do Centro de Saúde de Cordisburgo, então nós temos que de fato tomar muito cuidado e fazer leituras, aí nós devíamos começar a discussão por exemplo o Conselho Estadual de Assistência Social ele quer pra ele a proporcionalidade indicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social? Nós não queremos essa proporcionalidade a gente já discutimos isso aqui porque aqui tem a representação de Conselhos Municipais, 3 entidades, 3 de usuários e 3 trabalhadores, nós temos então que defender o desejo de todo em Minas Gerais, nós estamos irregulares? Não, que proporcionalidade também que a gente pode exigir pra Minas Gerais, se Minas Gerais só 50% dos municípios tem entidades, vai fazer proporcionalidade como? Como que vai ser a proporcionalidade no município que tem 4 trabalhadores? Então será 4 usuários? A proporcionalidade defendida na conferência nacional hoje é outra, é 50% dos usuários, é isso que estão querendo, é dar uma volta no mundo todo, é mudar o mundo inteiro mas enquanto a gente não muda o mundo, nós temos que obedecer a lei orgânica da assistência social que é paridade entre governo e sociedade civil, agora na sociedade civil tem uma definição que ela é de livre liberdade dos entes, eu posso dizer quem vai ser a sociedade civil do conselho estadual de assistência social de Minas Gerais, a questão da paridade eu não sei se mudou, mas a paridade que

eu me lembro era mais governo, sempre foi mais governo e o problema enorme de não ter participação de trabalhadores e usuários nos Conselhos, então isso é um problema mesmo de fato, e esse debate eu acho que a gente tem que fazer e aqui nós devemos discutir que é isso que o Márcio falou. Nós estamos criando os Fóruns de Usuários, Trabalhadores, aqui criamos as URCMAS, que elas tem um papel importantíssimo de fazer, colaborar para que trabalhadores, usuários estejam nos Conselhos Municipais de Assistência Social, nesse tempo de Suas de 2004 para cá, nós já tivemos 3 acordãos, o primeiro acordão, o que apontou o primeiro acordão, ele pediu mudança na senha do Suas Web, as mudanças foram feitas, hoje tem senha para os conselheiros, senha para o secretário municipal, a senha do secretário municipal não é igual a senha do conselho, então tem uma política de senha que foi feita no primeiro acordão, o segundo acordão quase acabou com o IGD, o TCU não aceitava que a prestação de contas fosse feita pelo indicador IGD, a prestação e contas do IGD é o indicador, aí o que foi feito? Colocou tanto o plano de ação quanto o demonstrativo, colocou o IGD lá dentro, os 2, por isso que eles estão hoje no demonstrativo e no plano de ação, mas ninguém abriu mão do indicador, o Ministério brigou até morrer com o Tribunal de Contas, agora o outro, por isso que a gente tem que tomar muito cuidado, o outro foi uma briga, porque o terceiro criou um indicador chamado CRAS Gold, o que era o CRAS Gold? ou CRAS Fip, CRAS ideal, o pior que o indicador do CRAS ideal, eles quiseram mudar o Idecras, o indicador do CRAS, e o CRAS ideal era o quê? Se você tivesse trabalhador, se você tivesse sala adequada, se você tivesse computador acabou com a pobreza no município, pra nós explicarmos pra eles que não dá pra colocar responsabilidade das desigualdades social e do combate à pobreza no CRAS, então gente nós temos que tomar muito cuidado, por que vocês imaginam só responsabilidade que um indicador ou a forma de olhar para a política trás para ela mesma, mas hoje nós estamos discutindo o acordão mas depois vocês vão participar lá também, acho que a Gabriele teria que deixar mais claro pra nós aqui, Gabriele pelo menos eu não entendi direito, o que determina o que recomenda, porque recomendação é mais ameno é mais brando, e a determinação se o MDS não questionou não contestou é cumpra-se, nós vamos ter que cumprir, aí nós vamos ter que ver como que a gente vai cumprir, e aí é só discutir município, nós temos que discutir inclusive nossa situação aqui porque a nossa situação aqui o nosso plano é antes de 2015 apesar da gente ter plano estadual de regionalização apesar de ter um tanto de coisas mas é antes, nós vamos ter que um documento escrito plano estadual de assistência social. Nós temos que fazer a discussão no Conselho Estadual da situação dele de proporcionalidade, nós vamos ter que escrever isso sobre o pacto, nós vamos ter que escrever isso, ter posição do Conselho sobre isso novamente, do conselho é só isso, eu acho, espero, enfim nós vamos ter que discutir tanto as determinações quanto as recomendações e eu sugiro que aí já é uma sugestão que eu faço que vocês vão então pra capacitação e a gente pautar no próximo pleno os pontos para a gente ter uma posição, isso também é importante a gente saber, os órgãos de controle só controlam aquilo que a gente coloca nas nossas resoluções, só

está cobrando proporcionalidade porque o conselho nacional escreveu proporcionalidade, então se a gente se posicionar a gente tem mais força pra enfrentar o acórdão. **Gabriele:** Eu só vou visitar aqui as determinações e recomendações mas só pra dizer também que assim o que a Simone falou aqui a questão do CPF ela está na Loas desde sempre não é uma novidade pra gente eu acho que a questão é o momento que isso vem é a forma que isso vem então determina que condicione o repasse está escrito assim, e nesse momento político tão delicado é o que o Amauri falou lá no Encontro os estados estavam muito mais preocupados como que eu vou fazer pra condicionar o meu repasse aos municípios, como eu vou fazer para condicionar o repasse do estado aos municípios agora com o acórdão, então assim é um risco muito grande da gente voltar àquela época de habilitação sabe, eu vou receber todos os planos, sem parte dos planos a todos os municípios pra pagar pra ele o piso mineiro, que seja? É muito complicado o momento que isso vem e a forma que isso vai ser escalonado, que isso vai ser aplicado. Agora voltando aqui as recomendações, eu vou ler de novo rapidinho, 9.1 é determinar ao MDS que remeta um plano de ação falando como ele vai fazer de apontamentos do acórdão, 9.1.1 – Condicionar o repasse ao efetivo funcionamento dos conselhos, então esse eu estou entendendo que é uma determinação, condicionar o repasse a observância da paridade entre governo e sociedade civil, porque a paridade ela está escrita a proposta da Loas quanto a proporcionalidade eu estou entendendo que eles estão questionando mas eles não podem, mais uma recomendação, porque aqui, condicionar a observância da paridade e avaliar a razoabilidade de eventuais descumprimentos observados na composição tripartite da representação da sociedade civil, então esse avaliar a razoabilidade da proporcionalidade vai passar por recomendação do Conselho Nacional como a Simone falou por um posicionamento dos conselhos estaduais, então eu acho que esse próximo Encontro vai ser muito importante pra isso, ou 3 condicionar a existência e conformidade dos planos de assistência social, eu também estou entendendo que o plano esse quadro anual é obrigatório é uma determinação mas há que se questionar essa conformidade e a última recomendação é que eles dessem publicidade ao dado da representação do conselheiro no CadSuas então no CadSuas na consulta pública você conseguia ver o nome de todos os conselheiros mas não conseguia ver qual que era a representação deles, o MDS já fez essa mudança então já está ok, então na verdade é condicionar o repasse a existência do conselho, a paridade do Conselho e a existência dos planos. **Rodrigo:** Então gente o que a Simone tinha falado, na apresentação não é nem condicionar, porque a LOAS já obriga a existência de Conselho, Plano e Fundo então é fazer cumprir essa questão nesse ponto pra gente é bom ter Conselho, Plano e Fundo mas tem que avaliar a forma, e aí só rememorando também a meta que a Simone falou e a Gabriele diz também do pacto de aprimoramento é a meta 21. **Jaime:** Eu só queria reforçar a mesma linha do Márcio e da Simone, são os cuidados que a gente precisa ter nesse debate com o TCU tendo em vista o que a Simone colocou muito bem dos outros acórdãos, o TCU tem uma

tendência em estabelecer alguns parâmetros que são do TCU que não estão de acordo com a política pública da assistência social é o exemplo do Idecras eles queriam mesmo de fato imitar o Idecras usar uma metodologia sofisticada que é extremamente complicada e isso ia trazer um problema enorme, então Rodrigo eu acho que quando discutir o que é o efetivo funcionamento do Conselho a gente tem que tomar muito cuidado com isso porque senão eles estabelecem algumas coisas que são complicadas de você aferir, quando você fala em conformidade de plano é a mesma coisa sabe, então a gente nesse debate com o MDS a gente precisa tencionar no sentido que não venha com surpresas estabelecendo certas coisas tendo em vista o histórico que a gente tem com o TCU a gente viveu muito isso lá, era muito complicado e outra coisa as vezes você fala em conformidade de efetivo funcionamento dos conselhos e isso as vezes está muito vinculado mais a postura democrática ou não do gestor, se o gestor de fato é um gestor que tem uma postura democrática você tem uma chance enorme que o conselho funcione bem, você tem uma postura de respeito ao controle social, e nesse tempos obscuros do Brasil nem todos tem uma postura democrática, pelo contrário alguns deram golpe na democracia então é importante que a gente fique atento e posicione muito esse debate junto aos órgãos de controle porque o risco de colocar a culpa no conselho é enorme, a culpa é do conselho, é porque o povo não participa, mas a gestão não dá as condições mínimas nem postura democrática com relação participação popular e controle social então isso é um alerta acho que a gente tem que ir bastante seguro nesse debate junto ao MDS senão desculpe a palavra a gente vai abrir as pernas e nós vamos ficar com um problemão. **Rodrigo:** É isso mesmo Jaime, só corrigindo, a meta do pacto do aprimoramento é 20 não é o 21 não, corrigindo na Ata, prioridade a democracia e gestão democrática e participativa, meta 20, presta atenção, revisar as normas do respectivo conselho de assistência social de forma a garantir a proporcionalidade entre trabalhadores, usuários e entidades e incluir a cota governamental representante do colegiado estadual de gestor municipal de assistência social / Cogemas. **Amauri-Sedese:** Vai ter encontro agora com os conselheiros, primeiro assim a conversa que a gente teve com o MDS lá com os técnicos lá nós tínhamos a convicção que não seria a intenção deles determinar como seria desenvolvido um estudo **contrário** a intenção que a gente ajuda a construir como vai ser, inclusive assim, alguns estados queria determinar a parceria as pautas dos técnicos era essa de fato eu não estou mundialista não, nós estamos num momento de disputa de fato de como a política vai ser daqui pra frente, eu não tenho dúvida, onde estão os nossos aliados e onde estão os nossos inimigos em alguns momentos uns são nossos adversários outros amigos, eu penso aqui agora como a Simone colocou aqui, qual o objetivo dos municípios, a pergunta central é, como que os estados, os municípios e o MDS podem contribuir para encher o acórdão, então nós pudemos dizer, como a Simone falou tem municípios que tem 1 trabalhador só, tem município que não tem entidade, então a realidade nacional é importante trazê-la muito fortemente e tendo que talvez até conversar com os conselheiros de outros os estados pra que eles possam também traduzir

a sua realidade porque senão vai pensar uma determinação, uma recomendação sem levar em conta a realidade de cada estado, a Simone falou e o Jaime que é muito distinto também então não dá pra pensar num formato assim, e outra coisa que os órgãos de controle, aí é a minha avaliação, não entende o que é o Suas, não entende, não sabe mesmo mas eles não vão dizer pra gente nunca vão dizer então a partir do que acha que entende tá determinando coisas que são incabíveis qualquer que seja ela, então tem essa leitura assim, aí acho que a gente tem condição de dar elementos como o Jaime apontou, para que o MDS possa contestar e dar mais elementos, por exemplos algumas recomendações está no pacto de aprimoramento entende, desde sempre há preocupação com isso, outra coisa pra determinar, concluir assim, que quando fala do conselho, do controle social que eu estou falando uma coisa muito incerta no Brasil, que é pactuação social nós estamos num desafio sem tamanho, nós sabemos disso aqui por sinal não é tão simples assim, mesmo quando você tem estados e municípios que visa esforços pra que usuários participem, BH por exemplo mas isso não depende só de órgão gestor, depende da conjectura ...mas é um desafio que a gente tem que remeter ao órgão gestor que parece que é um desafio do viver longe da comunidade brasileira. **Isac:** Bom dia gente, e não sei que eu ouvi tudo que foi passado sobre esse acórdão mas fiquei pensando aqui que as vezes na comunidade a gente sente uma necessidade de lembrar aonde que a gente está, aí a gente chega as 09 horas da manhã e pergunta assim, já deu meio dia? Não deu meio dia ainda? Eu estou sentindo não sei se os conselheiros percebem mas eu estou sentindo semelhança desse acórdão de algumas determinações aí eu acho que elas tem algumas coisas a ver com aquela questão de obrigar o cadastramento dos benefícios eventuais, aí quando a gente sai e vai pra outra política eu vejo por exemplo a questão dos quilombolas com relação a bolsa permanente, assim, cortou, voltou, cortou teve pressão, voltou e aí exige umas coisas que quem vai tentar acessar não tem condições de comprovar naquele momento para não perder, eu senti ali que é uma estratégia pra tirar as pessoas do sistema, cortar gastos deixar principalmente usuários sem acessar essa política eu não sei se é isso mesmo mas foi a minha impressão, eu queria saber eu não consegui perceber, Rodrigo e os outros que participaram lá em Brasília, se o Conselho Nacional está fazendo parte dessa discussão e se tem uma posição com relação a isso, se é possível falarem sobre isso. **Rodrigo:** Isac, a reunião vai ser dia 26, teve algumas questões que já foram colocadas lá e estão em debate, eu não sei te dizer o posicionamento dele ainda não, não veio nenhum posicionamento formal inclusive a respeito também não, teve apresentação igual teve aqui, nessa reunião da semana passada ou atrasada que eu fui, mas no dia 26 e 27 que é o curso mesmo que nós vamos fazer, uma supervisão lá, aí nós vamos ter uma visão melhor sobre isso. **Simone:** Não eu penso que nós vamos aprofundar em uma outra reunião mas tem umas coisas que eu acho que a gente já podia trazer assim, para dar mais elementos, essa coisa da proporcionalidade ela o próprio conselho estadual a gente já vem discutindo e é claro que nós discutimos que a gente banca e acha importantíssimo que os conselhos

municipais de assistência social tenham acento no conselho estadual mas nós também não conseguimos resolver e talvez esteja na hora, que o nosso conselho gente, ele tem a proporcionalidade dele é 2 representantes de usuários, 2 de trabalhadores e 4 de entidades, então a gente tem a questão aqui da gente discutir essa proporcionalidade dentro do conselho estadual de assistência social, eu acho importante o conselho discutir porque como a gente vai fazer um posicionamento nosso para defender a nossa proporcionalidade então também é importante que a gente faz com nossa clareza aqui qual que é a nossa proposta e como a gente vai fazer o desenho aqui da proporcionalidade dentro do conselho estadual de assistência social acho também que essa nota técnica ela podia ter um diagnóstico onde a gente pudesse comparar conselhos municipais que não tem entidades com o existencial de entidades que a gente pudesse comparar conselhos municipais que tem quantidade de trabalhadores que isso ajuda a nota técnica pra gente também proteger os municípios, que a nossa nota técnica ele possa também calçar o desenho de municípios, por exemplo bh tem representação dos conselhos regionais de assistência social que representa os usuários, então acho que é importante também essa discussão da adversidade, da realidade do nosso diagnóstico também que ele paute que a gente não só faça uma nota técnica do antonomia, do legislativo mas também com os dados que a gente tem, a gente já tem bastante informação para dar concretude a situação em MG, por um lado, por outro, vai ser muito bom determinar que tem que ter o mesmo tanto de governo de sociedade civil, também é um absurdo até hoje você tem mais representação de governo do que de sociedade civil, não é esse o desenho que nós defendemos, então eu acho que pra próxima reunião esses assuntos eles deveriam vir pra nossa pauta, porque se a gente quer aprovar uma nota técnica aqui acho que a gente tem que ter substância pra gente discutir e penso que esse plano de ação do Ministério, Ministério também ele sabe, uma boa parte dele ele sabe, que quando o Suas foi feito por resolução pelo conselho nacional de assistência social toda a discussão do Suas da sua implantação passou pelo artigo 30 da Loas toda sua discussão isso porque não é à toa que criou o plano de ação demonstrativo, o plano de ação é o quê? É só ler lá, o plano de ação é como se fosse a parte do cofinanciamento federal no plano municipal e estadual, o plano de ação do estado é o quê? É a parte estadual no plano municipal, então também eles não podem dizer que não tem plano, tem, o plano de ação, então também tem toda uma discussão por trás do artigo 30 da Loas, porque ele é um artigo que determina e impõe para exigência de repasse de recurso, e se a gente vai levar ao pé da letra, da letra e seu pé, dificilmente a gente vai conseguir de uma hora pra outra a mudança de realidade pelos fatores que nós já discutiu aqui, então mais uma vez eu proponho isso se o pleno concordar pra gente aprofundar a realidade de Minas a luz do acórdão. **Rodrigo:** Mais alguém? Não. Então eu vou colocar em discussão a proposta da Simone. É muito grande, então voltar pra gente discutir a nota técnica. Então os conselheiros que aprovam, reprovam, abstenções. Ok. Aprovado, passando para o próximo ponto de pauta aí, as comissões, qual a primeira comissão que vai apresentar?

Política não, comissão de apoio. **Soyla** – CMAS de Paracatu: O ponto 1 - é mais pra informe mesmo, verificação da nova referência territorial das diretorias regionais da Sedese considerando o decreto estadual 47.412 de 2018 de 24 de abril de 2018 e sua relação com as Urcmas e Fóruns, após análise dos objetivos e critérios para definir uma nova área de abrangência das diretorias regionais apresentados pela equipe Supin a comissão avaliou e entendeu ser pertinente sob observância do decreto e ainda a necessidade de orientação àqueles que por ventura estejam em desacordo com a mudança para possíveis soluções, os fóruns são autônomos para se agruparem da forma que decidirem entre si, primeiro ponto observação informe. Ponto 2 – Indicar um conselheiro para equipe de monitoramento, a gente indicou o Damião e a suplente Cecília, Irajá que indicou a comissão a ser a primeira a apresentar, o ponto 7 a gente vem com uma proposta que é criar um grupo de trabalho um GT composto pelos conselheiros Gilberto, Sandra, Marleide, Arlete, Isac e os técnicos Leonardo, Misley pra traçar estratégias, definir metodologia a ser utilizada e criação de materiais para os trabalhos de apoio para Fóruns e Urcmas, mobilizar e preparar material para o Dia D a ser realizado no dia 7 de dezembro como em comemoração a aniversário de criação do Loas em todos os municípios, aproveitar a data de lançamento também para caravana do Ceas por Minas e por Suas composta por 3 conselheiros e 1 técnico da secretaria executiva que se farão presentes nas 22 regionais da Sedese para apoiar as ações dos Fóruns com o objetivo de atender as propostas das Urcmas, fórum dos trabalhadores, está faltando aí mas tem o fórum dos usuários e fórum das entidades, levantadas no Encontro Estadual realizados no dia 28 e 29 de junho de 2018, acionar os representantes presentes nos encontros estadual e outros que vieram se somar ao movimento para mobilização prévia nos municípios e nas regionais a fim de preparar para o encontro regional, nas regionais que permaneçam com a comissão de trabalhadores ou usuários garantiu sempre a presença de um representante desse segmentos para promover instituição dos fóruns, construir instrumentos para utilização em todas regionais. Essa nossa proposta é mediante com objetivo a atender as propostas do encontro estadual que foram levantadas principalmente no grupo de usuários, trabalhadores e Urcmas e não tão explicitamente mas de certa forma sim também o das entidades, foi uma estratégia levantada pela comissão a caravana pra poder atender essas propostas. **Rodrigo:** Vocês já estão trazendo isso como proposta para deliberação, é isso? **Soyla:** Para deliberação. **Rodrigo:** Fizeram calendário? **Soyla:** Esse GT, esse grupo de trabalho também são trabalhadores né gente, esse GT é para estar organizando um planejamento mas que coincidam com o dia D, dia 7 de dezembro. **Rodrigo:** A proposta é que caravana vai para o ano que vem? Então a gente faria outro encontro estadual que seria D novamente. **Soyla:** Dia D, dia da campanha, agora é importante também informar esse conselho, Rodrigo, que a gente solicitou da secretaria executiva um levantamento se é viável nesse momento a gente fazer uma nova reunião estadual das Urcmas e no levantamento a probabilidade de gasto era de R\$140.000,00 e com essa caravana a probabilidade de gasto, se a

gente não conseguir ainda a parceria da Sedese no transporte de algumas pessoas que tem a possibilidade de abaixar para R\$49.000,00 o máximo de alcance é de R\$60.000,00, então é uma queda muito grande R\$140.000,00 para R\$60.000,00 e a gente conseguir iniciar uma articulação mais forte presente dentro das regionais que foi solicitada durante o encontro estadual por esses grupos, esses fóruns. **Rodrigo:** Eu penso que pra além da economia que é lógico, responsável e interessante nós conselheiros temos que zelar pelo fundo público mas eu acho que é mais efetivo inclusive os municípios estão precisando estudar e dar capilaridade dos municípios a gente consegue fazer mais, desmistifica eu acho assim que tem um distanciamento do que o Ceas fica no meio imaginário, então a gente vai pro meio do município, a gente só tem a ganhar, resumindo eu acho que vale demais a pena. **Soyla:** A gente só priorizou, lembrando só uma observação a gente priorizou os conselheiros mais próximos que já estão na região mas a gente levantou uma questão que o GT vai estar questionando isso de não ser só Paracatu, eu e a Cecília mas é trazer um peixinho de fora. **Rodrigo:** É necessário, Débora. **Débora:** Eu queria elogiar de certa forma a proposta, é muito boa no sentido de fazer o dia D e ser de novo um lançamento também da caravana, que é uma ideia super legal, a gente consolida um processo que vem tendo esse ano e ao mesmo tempo aponta para um novo processo de organização para o ano que vem acho que é super bacana, e queria sugerir assim de incluir que eu acho que a gente não devia tomar pra si nem pro ceas nem para as regionais da Sedese sozinho essa responsabilidade de articulação dos fóruns e das organizações regionais eu acho que a gente tem que considerar que os fóruns estaduais eles tem que ter esse protagonismo então eu acho que o fórum de trabalhadores ele tem que ser protagonista na organização dos trabalhadores, o fórum estadual das entidades na organização regional das entidades, o fórum dos usuários, e as Urcmas e por aí vai, das Urcmas de fato é o Ceas acho das Urcmas fica bem localizado que nas Urcmas e no Ceas a gente tem representação de todos os segmentos, e a partir dessa discussão nas Urcmas a gente pode disseminar e alinhadamente digamos assim diretrizes, princípios e organizações para todos os segmentos para também não ficar cada um de um jeito, alinhar pautas, alinhar agendas, senti falta aí também de determinadas agendas que a gente sabe a organização ela vai muito de acordo com momentos políticos então assim são as agendas que mobilizam, ninguém vai organizar por organizar, só pra ter uma organização pronta para na hora que acontecer um problema a gente já está organizado, articulado, são as agendas que fazem essa articulação então acho que a questão do dia D a gente tem que ter muita clareza que conteúdo é esse, a gente sabe que tem toda discussão do orçamento, até lá a gente vai ter eleição definida então acho que a gente podia ter muito direcionado não é só uma comemoração mas é uma agenda de luta, e de botar na pauta na agenda o que a gente pretende pro próximo governo que a gente já vai saber qual é, então acho que vai ser importante, que vai bom tom do governo pro final do ano que começa no mês seguinte então é isso eu acho que o Ceas vai ter aqui no nível central uma articulação contínua de pensar como seria

isso da comissão desse GT, com os fóruns estaduais de trabalhadores de usuários que a partir da aí dissemina e sugiro também que se inclui nesse GT parceiros históricos da organização dos Fóruns eu conheço mais é a discussão dos trabalhadores, a partir do CRP por exemplo dos Conselhos, profissionais, sindicatos que na verdade essas instituições não só são parceiros das organizações como também financiam isso é importante de poder garantir esse financiamento dos sindicatos do apoio não só financeiro mas também institucional, de levar pra dentro dessas instituições também a discussão então um pouco isso e ajuda a gente em termo de organização de sociedade civil que não tem cargo, não tem recurso é sempre muito importante a gente ter várias outras instituições envolvidas, universidades a gente estava lembrando ontem no caso das entidades a Puc tem sido uma parceira histórica então porque não trazer a Puc que já apoia o Fórum de entidades de BH pra apoiar também o fórum de minas enfim é uma sugestão de trazer esses parceiros aí. **Simone:** Eu também quero parabenizar a comissão pelo trabalho, pela proposta, reforçar o que a Débora disse, nós discutimos também na nossa reunião de governo, que tem um projeto de governo e de sociedade que é muito importante que os fóruns regionais contem com os núcleos de assistentes sociais e psicólogos que tem no estado inteiro então tem universidades em regiões, nós temos que orientar isso porque as vezes ficam querendo levar alguém de Belo Horizonte, muitas vezes a própria região tem gente muito boa, muito interessante, muito importante que também tem que ser reconhecido e valorizada então a gente podia fazer um esforço de fazer um banco, pensar um grupo que pudesse apoiar mesmo os fóruns e que eu tenho certeza que gostaria muito de contribuir, e tem regional que já está fazendo isso, eu não estou inventando nada aqui, mas o que eu queria sugerir mesmo é o seguinte eu já disse uma vez e digo de novo para a comissão de acompanhamento que eu acho que a gente tem que instituir o dia D, fazer uma resolução, considerando a lei orgânica da assistência social, considerando a lei do dia nacional da assistência social acho que tem um status na união, nós vamos fazer 25 anos da Loas, porque aí vira uma rotina de conselho se preparar para comemorar nesse sentido, comemorar tomando cachaça mas na luta e na resistência também, na reflexão, comemorando nesse sentido então eu acho que a gente devia fazer, fazer uma resolução do conselho, propor uma resolução, e aí a partir dela começar a pensar o dia D como que vai ser, nós temos que pensar, como que vai ser o que a gente vai fazer, que dia vai dar 7 de dezembro, porque até chegar 7 de dezembro várias coisas tem que ser feitas, as coisas tem que ser planejadas, organizadas. **Rodrigo:** Antes de colocar em votação eu gostaria de agradecer a equipe da SEDESE, que eu não fiz, me desculpa, falta de educação, pela apresentação muito obrigado mesmo, dando fora, muito obrigada meninas e meninos, muito delicadas e atenciosas e atenciosos, é isso aí. Então podemos colocar em votação a proposta? Algum comentário? Alguma questão? Não? Conselheiros que aprovam a caravana e o Dia D eu vou colocar a Resolução junto também. Conselheiros que aprovam as propostas? Contrários? Abstenções? Ótimo, achei brilhante a proposta, vai dar muito trabalho mas eu

acho bacaníssima, comissão de apoio, acabou? Concluiu? Vamos para o almoço. Então a gente volta 1 hora tá conselheiros? Nós temos 2 comissões pra apresentar ainda, a comissão de orçamento e a comissão de política, a comissão de orçamento está aguardando a chegada da Cláudia ainda da SEDESE, porque certamente terão que fazer algumas explicações que ela conhece, então a gente vai ter aguardar, nesse intervalo então vamos começando rapidamente com comissão de política, rapidamente não, o tempo necessário, por favor, **Bruno-CMAS** Juiz de Fora: Boa tarde, a nossa última reunião de política foi em conjunto com a comissão de normas, porque a gente precisava discutir a resolução sobre benefício eventual, e na verdade esse foi o nosso único ponto que a gente conseguiu finalizar, até porque a comissão de política em peso está quase toda ausente hoje, estamos eu e a Débora, então só tem esse ponto vai ser bem rapidinho mesmo, na nossa discussão a questão da cesta básica foi muito discutida é um ponto muito polêmico, eu não vou entrar em todos os argumentos que todo mundo colocou eu estou falando sobre a proposta de resolução que altera a resolução sobre benefício eventual e aí a gente chegou na conclusão que a gente vai precisar de uma reunião extraordinária da comissão de política pra gente tratar da pauta vai ser uma extraordinária da política e normas juntos pra gente tratar dessa pauta de resolução do benefício eventual e a próxima, a reunião ordinária normal vai ser só da política e só da comissão de normas pra gente trate dos assuntos referente a política e a normas trate dos assuntos referente a norma, e outro encaminhamento que a gente teve nessa reunião do dia 17 a gente vai chamar os mesmos representantes e o Conseas, conselho de segurança alimentar, eu acho que pra gente fazer uma extraordinária a gente tem que pedir deliberação, presidente? Então é isso, eu gostaria de pedir essa deliberação. **Rodrigo:** É uma extraordinária da comissão de políticas e normas, e aí qual a justificativa para urgência, para pedir a extraordinária, quais as razões e justificativa para essa extraordinária. **Bruno:** Então, a gente teve um planejamento interno, um plano de levar essa proposta para deliberação em novembro para que dezembro ela já esteja em vigor e aí gente finalize o ano com isso matado, é claro que é um plano pode ser que não dê mas a gente vai tentar vai empenhar pra isso, então ontem a gente terminou 5 horas só com debate então assim realmente precisa de um dia específico com pauta única, é essa justificativa. **Rodrigo:** Para não atrapalhar os outros trabalhos da comissão. Estamos esclarecidos conselheiros? não? **Simone:** Primeiro eu não entendi, quais foram as questões levantadas, qual o debate que foi feito, quem trouxe o debate, o que está na pauta da comissão que é tão urgente, quais são os outros pontos, qual que é a questão, pra gente poder compreender, porque eu não compreendi qual que é a questão. **Bruno:** Claro. O ponto mais polêmico que a gente discutiu foi a ausência da cesta básica na resolução, na verdade a resolução exclui a cesta básica como benefício eventual, isso foi muito polêmico teve várias opiniões, eu posso até colocar aqui algumas delas mas são muitas coisas igual eu falei a gente ficou das 14:00 às 17:00 horas falando só sobre isso não foi Débora a gente teve pouca coisa além desse ponto da resolução, a gente

ainda tem outras coisas pra discutir mas não foi levantada na reunião ontem, eu não sei se vocês querem ouvir os lados, mas alguns acham que, não. Ok.

Rodrigo: Desculpe, eu falei que acho que não Bruno porque é o seguinte, se a resolução não está vindo para discussão, a discussão ainda está a nível de comissão, a gente vai se esforçar, eu já sei do debate eu procurei saber e parte desse debate a gente já experenciou ele na oficina da Ana Lúcia é polêmico mesmo tem opinião contrária então é preciso que a comissão traga um amadurecimento melhor para esse pleno, então eu acho que seria desnecessário gastar tempo nem é gastar mas a gente fazer um esforço em debater uma coisa que pode ser que mude tudo na comissão. **Bruno:** Eu concordo mesmo, assim é só porque tinha introduzido mesmo, mas eu acho que esse ponto ele está vindo só para poder deliberar a necessidade da extraordinária porque a comissão ainda não amadureceu sobre essa resolução. **Débora:** Eu queria só colocar que na reunião ontem depois se outros conselheiros que participaram ficam à vontade para completar, a gente fez um esforço pra tentar montar um calendário para discussão do benefício eventual para que ele possa vir para o pleno para votação ainda este ano, então a gente avaliou que ontem a gente pensava que venceríamos a discussão de concepção e depois a partir das próximas reuniões a gente ia conseguir ver os ponta a ponta, redação, mas essa parte, e aí a gente ontem ficou definido que era importante a presença do CONSEAS, da política ligada a segurança alimentar, também como representante assim como está o CRP, o CREAS, os usuários que tivessem eles também representando para ajudar no debate, e aí a gente avaliou que no próximo mês que é outubro a gente fez essa proposta da gente avançar nessa questão da concepção e já alinhar os outros pontos e novembro a gente terminaria a leitura da proposta de resolução para vir para o pleno dando um prazo pra que e não conseguisse fechar em novembro a gente ainda teria a plenária de dezembro foi um pouco isso que a gente discutiu ontem daí a ideia de como tem outras pautas, e aí eu não sei se vai misturar muito a conversa mais é um incômodo que a gente sentiu ontem, estava sobrando que a comissão teve dificuldades de estar presentes, cada um com sua justificativa, mas o que aconteceu, tem muita denúncia, muita, só da comissão de política tem uma 15 denúncias, então também colocando aqui como que a questão das denúncias precisam ter um tratamento porque se não de fato não sei se eu estou misturando as pautas mas eu acho que a casa fica um pouco também colocado, o debate assim mais aprofundado ele fica prejudicado pelo tanto de denúncia que estão chegando. **Rodrigo:** Eu tinha entendido, acho que foi ótimo você não misturou as pautas não porque quando o Bruno trás, diz pra não alavancar a pauta da comissão é isso, então eu entendi a justificativa da excepcionalidade da extraordinária é pra ter a tratativa dos benefícios eventuais e conseguir também dar essas tratativas dessas denúncias, dessas outras pautas da comissão. Acho que é isso. Mais alguma consideração conselheiros? Márcio e depois Simone. **Márcio Caldeira- ASSPROM:** Acho que na reunião das 2 comissões os colaboradores que foram convidados para participar dessa discussão eles trouxeram para as 2 comissões muitos elementos que nos

levaram para uma reflexão mais aprofundada isso também é um dos pontos de reflexão para próxima extraordinária que nós estamos pleiteando porque foi colocado pelas 2 comissões lá alguns aspectos pontuais da política de segurança alimentar que são de conhecimentos de grande parte dos conselheiros então a gente gostaria muito de entender essa lógica e como que a gente vai estar tratando de uma política extremamente nova pra gente como a gente vai fazer interfase com ela a gente precisa se apropriar para dar a esse tratamento devido então a necessidade da gente pontuar essa questão de uma forma muito específica entre as 2 comissões, política e normas, e dar o tratamento específico pra tratar dos benefícios eventuais, com a continuidade da participação desses atores que vieram aqui para o CRP, do CRESS que trouxe elementos assim muito contundentes pra gente acho que é muito importante pra gente ter essa reflexão porque como foi colocado na reunião de ontem essa minuta da resolução ela vai ser referencial para os 853 municípios então a gente tem que estar muito seguro daquilo que estaremos propondo pra que realmente possa trilhar o melhor caminho nesse sentido, daí a necessidade de termos essa extraordinária porque não conseguimos esgotar toda discussão ontem, esse é o ponto entendeu, porque a densidade das questões que foram colocados nos colocam a necessidade do aprofundamento dessa discussão. **Simone:** Eu penso que tem 2 questões que são importantes no meu ponto de vista, primeiro tentar e eu acho que a gente deveria fazer esse esforço de compreender qual é de fato a questão sabe Márcio, porque dependendo da questão a gente pode também desenhar o debate que nos faça avançar mais, por exemplo, nós estamos definindo benefícios eventuais, dentro dos benefícios eventuais nós temos aí uma convergência com a política de segurança alimentar, o sistema de segurança alimentar ele é intersetorial então vocês vão discutir qual que é a parte da assistência social nesse sistema intersetorial ? Essa é uma pergunta que tem que ser feita, e quem for convidado pra isso tem que responder essa pergunta, senão então tá, ou não, não enquanto não tem outra política vocês vão trazer pra dentro do Suas é diferente ou não dentro do Suas quando a gente for discutir a fome nós temos que discutir dentro do projeto de enfrentamento a pobreza não, dentro do Suas nós vamos discutir dentro de ações emergenciais, é isso que eu não entendi direito, qual é mesmo o debate, porque se o debate for esse então a gente tem que ter quem nos ajude, aí não é que não vai ajudar mas não ajudar como deveria no meu ponto de vista chamar só o CONSEAS eu acho que isso que podíamos aprofundar um pouco mais na questão. A outra coisa que preciso saber é se os conselheiros da comissão de política que não estiveram presentes eles podem vir em uma extraordinária senão vai correr o mesmo risco, marca uma discussão e aí os conselheiros interessados não estão presentes na discussão, aí adianta pouco não resolve nada porque não que não resolve nada, resolve pouco, tem que saber se eles podem vir, inclusive se eles vem na ordinária porque na nossa ordinária mesmo eles não puderam vir, todos justificaram uma boa parte dos conselheiros da comissão, então eu penso que a gente tem que pensar, tem que ter o debate sim tem que aprofundar quanto mais clareza o

conselho tiver melhor, organizar isso, tem que fazer perguntas ao convidar não pode convidar genericamente, eu acho que tem que deixar claro tem que retomar a discussão num patamar que ajude a comissão por isso que eu acho que a gente podia aprofundar, o que é mesmo que a comissão quer discutir para clarear mais. **Rodrigo:** Então sua proposta é que eles fazem relato da comissão. Débora. Silvana tinha pedido, desculpa. **Silvana** – SEE: acho que pode parecer um pouco chatice sabe mas tem acontecido em alguns momentos da gente estar explorando muito quem está atrasado, principalmente as comissões, as comissões de apoio mesmo porque o debate e a reunião da sociedade civil demora, ontem por exemplo na hora que a gente estava chegando, pessoas estavam saindo e aí depois nós ficamos aqui mais de 1 hora esperando pra reunião de comissão então o que eu estou querendo dizer é o seguinte que a gente tem que otimizar o nosso tempo, potencializar e respeitar horário, aconteceu na comissão de apoio nós tínhamos a reunião extraordinária eu não pude participar porque pra gente fica difícil sair 3 dias da Secretaria na semana, então quanto uma reunião extraordinária é isso que é importante eu não vim mas eu estava aqui em outros momentos ociosa esperando vocês para o debate, então é só isso, vamos potencializar mais os nossos horários. **Rodrigo:** Então eu vou chamar atenção da mesa diretora pra que a reunião comece as 08 da manhã a gente precisa porque ela estava marcada para as 08 e começou as 09, e acaba atrasando as demais também, acabou as 10:30 e aí gente desculpa, nós estamos dando retorno nove e meia eu saí da reunião em função do compromisso que eu tinha meio dia e pouquinho então eu achei que aquele momento tinha acabado a reunião e ela se prorrogou sem que eu soubesse. Ok, fica registrado Silvana o pedido e de fato é constrangedor porque igual da penúltima vez porque ontem foi a última se Deus quiser que isso acontecerá. **Silvana-SEE:** E a gente acaba respeitando quem está atrasado e não quem chega no horário. **Rodrigo:** É exatamente. E o grande problema é que as vezes a gente tem convidado igual da última vez tinha o pessoal da SEDESE, pessoas de fora esperando então é complicado mesmo e nós da sociedade civil temos que ficar atentos a isso. Débora. **Débora-SEDESE:** Eu vou tentar clarear sem entrar propriamente dito na discussão porque senão a gente trás pra cá toda discussão que a gente fez ontem mas tentar clarear um pouco o rumo do debate como a Simone falou, eu acho que tem muito a ver com isso que a Simone apontou aí, qual que é a parte da assistência dentro da política de segurança alimentar, aí vocês ajudam aí tá gente, porque também nós conseguimos amadurecer isso ontem, porque o que ficou muito claro ontem foi que a gente não conhece a política de segurança alimentar, porque tinha um colega nosso representando o CRESS também tem muita experiência na política de segurança alimentar e afirmou algumas questões que nos surpreendeu porque a gente achava que a política de segurança alimentar tinham aqueles insumos que ele falou que não tinha então essa é mais ou menos a parte do debate porque na resolução a gente está dizendo que a cesta básica ela tem que ser caracterizada como eventual da administração do que a gente está caracterizando como eventual mesmo transitório, da ordem do

fortuito de alguma situação que atravessa a vivência do público da assistência social, ela não pode ser confundida como benefício continuado que a gente fez muito essa discussão ontem senão ela acaba se transformando em transferência de renda, no combate à pobreza, então ficou um pouco essa discussão então teve até que avançar em alguns pontos, porque ela está dizendo que a cesta básica não pode ser considerada um benefício eventual então no parágrafo I que fala que só em situação de emergência e aí tenta caracterizar em que situação que ela pode ser dada, então está um pouco isso aí porque a gente entendendo que toda concepção da resolução entende que tem uma transição pra ser feita, a gente até exemplificou muito isso ontem, da mesma forma que está sendo passada pra saúde alguns benefícios que eram de responsabilidade da saúde pra educação alguns também serviços que eram da educação a gente entende de parte do que é hoje a oferta de cesta básica ela é da política, e aí foi nos dito que não, que não é, então a gente ficou querendo entender melhor essa política até para ter clareza disso, então basicamente é esse o debate, e aí eu concordo com a Simone eu acho que a gente tem que acertar muito quem vem falar porque também a gente sabe que tem alguns municípios que tem uma política de segurança alimentar que já vai de encontro com isso com que a gente está falando, talvez possa ser interessante trazer isso também, depois ontem a gente esticou a conversa aí do PAA e outros programas de segurança alimentar que tem a ver com isso então é basicamente isso no mais a gente acha que a resolução não teve tanta divergência, ficou basicamente nessa questão porque a gente está propondo uma transição mas pra gente propor essa transição a gente tem que saber se o final dessa transição vai ser possível ou não. **Simone:** Acho que agora eu entendi o negócio, é porque nós estamos discutindo uma resolução de benefício eventual aí pode ser que o eventual nosso esteja descolado da tristeza de volta a fome no Brasil nosso eventual não cabe na fome que está durando 1 ano que está durando 2 anos, eu acho que tem uma discussão aí mesmo que nós vamos ter que discutir o combate à pobreza porque senão corre o risco da gente querer o eventual durante 2 anos aí não dá para o nosso benefício eventual não estou dizendo que não tem que está na nossa resolução de alguma forma ou se a gente vai ter que discutir o combate à pobreza eu acho ótimo inclusive parece que a Aidê veio aqui apresentar aqui pra nós, não veio? Não tem um projeto de lei na Assembleia Legislativa? Então, é isso que eu acho nós temos que ver que de fato a fome tem que caber em algum lugar, ela voltou, os projetos de combate à pobreza que estão na Loas não tem uma regulação nacional então gera essa confusão, o sistema de segurança alimentar e nutricional ele é intersetorial, o sistema de segurança alimentar ele é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social mas a coordenação lá inclusive em várias prefeituras estão em vários lugares, tem lugar que é na agricultura, tem lugar que é na assistência social, então é isso acho que tem que situar bastante coordenador a discussão, para que o nosso Conselho possa avançar, senão a gente fica parecendo que há uma disputa entre nós se a gente não consegue compreender de fato qual que é a problemática que pessoas tão importante

trazem pra nós, esse tema apareceu na nossa oficina trazida pelos nossos queridos dona Arlete, senhor Isac, colocar na nossa oficina agora volta de novo a questão eu acho que a gente tem que debater claro, a turma que fica com receio tem razão também porque não dá pra gente colocar essa discussão também na ótica que era, na ótica existencialista, uma ótica também que não é uma ótica do direito, então acho que a gente precisa achar aí qual é a discussão para talvez pensar um pouco como que vai ser essa discussão, quem que a gente vai convidar. **Rodrigo:** Ok, Márcio. **Márcio:** Eu queria só conselheira Simone você falou de um projeto de Lei na Assembleia Legislativa que versa sobre essa questão, você tem mais algum elemento, alguma informação? **Rodrigo:** Projeto de Lei de combate à pobreza que cria um programa mas o que está tramitando é um projeto de lei, então tentar pedir o pessoal da comissão da secretaria executiva, pra levantar esse projeto de lei, isso não é complicado, pra já servir de subsídio, mandar antecipadamente pra comissão, para os conselheiros, não é só para comissão não, para os conselheiros para que a gente possa conhecer esse plano, essa política, ou o que eles estão criando e trazer então para essa reunião o amadurecimento dessa discussão também, pode falar dona Arlete. **Arlete-Graal do Brasil:** Dentro da lógica dessa discussão a gente tem acompanhado lá no norte de Minas o PCPR que é o Programa de Combate à Pobreza Rural, e lá no norte quem estava na coordenação desse programa era o Idene, agora eu não sei se tem Ministérios, se tem Secretaria quem é que está respondendo diretamente por isso e dentro dessa proposta de combate a fome rural eu sei que teve uns projetos, programas onde a gente até teve parcerias de montar umas agroindústrias nas comunidades rurais para produção de alimentos e reaproveitamento dos frutos do cerrado isso até aí eu acompanhei e sei que é um bom programa agora também nessa discussão aqui eu fico pensado, e aí onde é que isso está acampado onde que a gente pode pegar mais ou menos esse filho vamos dizer assim órfão, e aí me faz lembrar essa história tudo que não cabe em nenhum lugar cabe na assistência então vale a pena realmente a gente estar revisando, tá entendendo melhor e saber qual que vai ser a contribuição desse Conselho nessa discussão. **Rodrigo:** E só complementando também pegando carona no gancho da dona Arlete aqui eu penso que a gente tem que lembrar sempre que não adianta pensar no sistema forte não adianta pensar num sistema político e normatizado esquecendo do usuário, então o usuário tem que estar sempre à frente dos nossos atos políticos, administrativos então vamos ver como que isso vai se materializar e qual tratativa para proteger o direito desse usuário. **Débora:** É só pra trazer mais algumas informações, Aidê pode até vim aqui ou mandar as informações maiores que tem a estratégia de combate à pobreza no campo que é coordenado pela SEDESE, é intersetorial então envolve a questão da água, EMATER, as escolas principalmente é muito focado na agricultura familiar é um programa de fato muito interessante, a gente da assistência social participa nas áreas onde ele está sendo desenvolvido na indicação do público o CRAS é que faz também uma indicação do público a partir do cadastro único então tem de fato uma articulação aí com isso que a gente está falando mas não

é tudo porque tem um foco na rural a gente sabe também que tem a fome no urbano, e também deixar claro que ontem uma preocupação que ficou explícita lá na nossa reunião é porque tirava esse benefício da assistência e colocava no período de transição e alguns conselheiros manifestavam uma preocupação de que os gestores municipais por estar de uma certa forma validados aqui pelo CEAS eles desincumbissem dessa responsabilidade e aí não colocava nada no lugar, também então uma preocupação que a gente entendeu que é legítima mas que também a gente tem que dar uma direção pra ela porque também não adiantar ficar como foi discutido muito bem ontem lá que de fato a cobertura de cesta básica também é muito aquém de quem necessita, tem uma fila enorme também tem inúmeros problemas de como a cesta básica é distribuída hoje, também do jeito que está também não está bom, também ela nem não resolve o que precisa enfim então é um debate que a gente precisa enfrentar mesmo.

Rodrigo: Ok, então acho que todo mundo tem muito o que dizer dessa temática, vamos poupar eu estou tentando me segurar para não falar as coisas que eu penso, vamos amadurecer, então acho o que está em pauta aqui é a questão da extraordinária, estamos esclarecidos conselheiros? Dúvida? **Débora:** Porque a comissão definiu que a extraordinária seria na quarta-feira, então eu quero se a gente está votando que se vai ter extra ou não ou que se a gente está votando que vai ter extra na quarta-feira anterior. **Rodrigo:** Tá eu acho melhor a gente pensar numa extraordinária e a secretaria executiva junto com a comissão organiza isso. **Simone:** Eu concordo com o nosso presidente inclusive pra perguntar aos conselheiros se eles podem participar, acho que é isso, se puder ser antes do conselho ótimo, mas se ninguém não puder vir o que adianta, aí vai repetir de novo o mesmo problema. **Rodrigo:** É difícil tentar organizar a agenda de todo mundo mas tem pessoas que não estão, então a gente tem que tentar achar alguma coisa e acho que não vai ser aqui, a gente não vai conseguir chegar nesse consenso aqui. Então os conselheiros que aprovam a convocação da reunião extraordinária das 2 comissões, contrários, abstenções. Aprovado pela unanimidade. Então mais algum ponto Bruno da comissão? Só esse? Ótimo, obrigado comissões pelo empenho, dedicação eu tive um retorno da comissão e vi que foi um debate muito profundo, muito maduro e bem propositivo e respeitoso eu achei porque eu tive um retorno das pessoas que participaram e que foi assim, então muito obrigado mesmo à comissão. Comissão de Orçamento, dona Ivone. **Ivone:** Eu convido nossa universitária para ajudar né, muito bem vinda Consolação e o Irajá, então boa tarde Ivone do Cogemas nós realizamos ontem então a reunião da comissão tiveram presente Ivone, João Alves, Simone e a Maria Juanita e foi justificada a ausência do Rodrigo e do Wilson e nós tivemos a presença também dos técnicos da SEDESE, a Claudinha, o técnico da proteção especial também, a Tatiane que também deu pra gente um suporte lá na comissão e a técnica do CEAS a Fernanda que nos acompanha e depois tivemos que chamar a universitária também a Consolação então nós tivemos 3 pontos de pauta. O primeiro ponto foi um informe sobre a negociação com as entidades responsáveis pelas casas lares e também o pleito que foi acordado para o

orçamento do próximo ano. O segundo ponto foi informe sobre a proposta orçamentária 2019 que esse pleno também já teve e acompanhou a proposta orçamentária mas a SEDESE já deu pra gente alguns informes e o terceiro foi a prestação de contas referente ao segundo trimestre de 2018 então o primeiro ponto aí na prestação a Claudinha vai apresentar um pouco mais pra que todos acompanhe a prestação de contas. Então no primeiro ponto foi feita toda a exploração sobre o programa casa lar que o Estado tem e com parcerias com as entidades principalmente as APAE's. Então foi tirado e a diretoria de proteção social de alta complexidade que apresentou o informe e dele foi tirado o encaminhamento. O que foi feito foi uma demanda de adequar o marco regulatório com os termos de colaboração com as entidades e nesse momento as entidades trouxeram demandas para serem discutidas com a SEDESE e segundo ela, todas as demandas eram pertinentes, importantes e que foram todas acatadas por ela pra estar incorporando no termo de colaboração e ele está na fase de execução e o que foi colocado é que tem só uma entidade que não vai continuar com o termo de colaboração. As outras já estão prontas. Diante da situação foi apresentado que esse programa ele vem das crianças e adolescentes que viviam na Febem e que a partir de 2006 foi criada uma resolução pra criar esse programa e desta resolução criou essas casas lares que ainda tem esses beneficiários dessa antiga Febem nas casas lares então foi tirada uma proposta para trazer aqui para o pleno de criar **um novo** grupo de trabalho com colaboradores da UFMG, Federação das Apae's, COGEMAS e outros com o objetivo de construir um parâmetro estadual tanto para casa lar como para o piso mineiro como preparação para a Conferência Estadual de 2019, mas pensando no desenho, no custo, como uma demanda também da própria Conferência de fazer uma avaliação do piso mineiro, valor que é repassado per capita então a proposta foi de estar fazendo essas 2 discussões porque enquanto estiver 1 usuário dessas Febens vai existir o programa casa lar para atender esse usuário. Então hoje já não é o mesmo modelo que foi em 2006, porque hoje já tem adultos, idosos nessas casas lares então também foi tirada uma proposta para aprimorar essa resolução nº17 de 2006 porque ela já está bem aquém do que está hoje. A realidade proposta que a gente está trazendo é pra criar um grupo para discutir esse parâmetro estadual para manter as casas lares pelo que foi colocado nesse termo de colaboração seguiu o parâmetro que as próprias apae's já tem que foi 2400 então nesse parâmetro pode estar contemplando e pode também estar ficando a desejar. Então a proposta seria rediscutir pelo grupo para analisar mais contratadamente quanto custa uma casa lar para executar um serviço e também essa questão do piso mineiro, em discussão o primeiro ponto se vai ter então o que é pra deliberar ou não se vai criar o grupo ou não. O segundo ponto só foi um informe. **Rodrigo:** Alguém tem alguma dúvida com relação à proposta? Não? Então os conselheiros que aprovam a criação do grupo, contrários, abstenções, aprovado. **Ivone:** O segundo ponto é o informe da proposta orçamentária, o CEAS encaminhou para a Secretaria de Planejamento e Gestão SEPLAG, um ofício solicitando a recomposição da proposta orçamentária para

atender as deliberações da Conferência. Esse foi o informe que a SEDESE nos passou que foi muito importante esse ofício que foi da SEPLAG porque contribuiu muito pra discussão da SEDESE na proposta do pleito, a SEPLAG solicitou da SEDESE a identificação na proposta orçamentária do atendimento das deliberações da Conferência Estadual de Minas Gerais, o CEAS vai apresentar no COGEMAS para articular e levar o debate para a CIB para constituir a representação dos secretários que vão compor o grupo na discussão na Assembleia Legislativa, este é o grupo para as emendas o calendário da discussão participativa do PPAG ainda não foi divulgado a proposta do pleito já foi apresentada mas ainda não chegou na Assembleia. A LOAS orçamentária ainda não foi, ainda não chegou na Assembleia. Vamos para o terceiro ponto? **Consolação:** Pra fins de operacionalização só pra entender, o CEAS vai apresentar no COGEMAS, quer dizer, vai ser nessa reunião? **Simone:** Não a SEDESE vai apresentar, bem que é a Ivone é que vai apresentar, nós vamos levar o debate na CIB então tem que incluir o informe da Ivone. A gente vai discutir na CIB mas a CIB é uma coisa e o COGEMAS é outra. **Ivone:** O terceiro ponto é a prestação de contas referente ao segundo trimestre de 2018 então nós temos uma prestação grande que a Claudinha apresentou ações por ações aí eu pergunto se vamos fazer agora também, se vai querer que ponha na tela o que ela irá apresentar, que seriam as ações por ações ou só os valores orçamentários? **Claudinha:** Está mal resumido hoje. **Rodrigo:** Pelo o que eu me lembro que foi pedido pelo pleno a apresentação por ação, o que foi combinado não foi isso? Aí pode apresentar. **Ivone:** Então eu vou pedir a Claudinha que ela apresente. **Claudinha:** Boa tarde a todos gente, na verdade como a gente se refere a ações a questão delas, a gente sempre apresenta, só que a parte descritiva dela é muito extensa, muito grande. O que vai na nossa apresentação é que a gente fez um resumo mas as informações complementares estão todas na prestação de contas, a grandona que vai para os conselheiros. Eu fiz dessa forma pra aproximar mais, pra ficar mais fácil a leitura pra vocês, que eu vi que nas apresentações que a gente faz a execução física está meio separada da financeira, eu achava que estava mais difícil de vocês entenderem e a gente vai olhar se assim fica mais satisfatório pra vocês. O primeiro programa nosso é o Rede Cuidar, a gente tem 2 ações no Rede Cuidar que é o incentivo financeiro e material, anuidade sócio assistenciais o valor dela é R\$10.000,00 e a meta física é 333 unidades sócio assistenciais, não ocorreu execução financeira no segundo trimestre. A outra ação é gestão e monitoramento do programa da rede cuidar que tem na LOAS R\$100.000,00. A meta física é 333 unidades assistenciais e a execução financeira também não ocorreu, porque não ocorreu? A suplementação orçamentária da fonte 60, ela não aparece na LOAS pois é feita por suplementação orçamentária no decorrer do exercício. Aquelas 10 milhões que já veio no orçamento do ano passado está aqui também só que a suplementação não ocorreu nesse trimestre por isso vocês não estão vendo ela aqui. Quando for pro próximo já tem mais informação com relação a essa ação. Foram realizadas ações visando a continuidade de implementação do programa, orientações aos

municípios e entidades por meio presencial contato telefônico, email's, unidades aprovadas no programa Rede Cuidar, tratando sobre objetivos da parceria, itens que podem ser adquiridos com sentido financeiro visando a superação de processo de dados, norma de utilização de recurso financeiro, orientações de acesso ao sistema Rede Cuidar e legislação de parceria. Em junho foi realizada ação de apoio técnico interativo a fim de verificar e acompanhar a situação de execução dos grupos de despesas do plano de aprimoramento pactuado na parceria, prestar orientações técnicas de engenharia e informações acerca da utilização do recurso financeiro. Foram elaborados e publicizado as unidades públicas e privadas e o caderno de perguntas e respostas do programa da Rede Cuidar, o documento reúne as principais dúvidas acerca da participação do programa Rede Cuidar e execução do recurso de incentivo financeiro da parceria visando subsidiar os gestores municipais e as entidades de redes sócio assistenciais. (Quer que a gente apresenta tudo e depois vai pontuar as colocações, vai ser melhor). O programa Qualifica Suas que tem capacitação continuada do Suas ela teve uma execução, o valor da Loas é 1.940 as suplementações que aconteceram no trimestre anterior passaram o crédito inicial para 4.503.406,57 a execução física no trimestre foi de 3.738 pessoas qualificadas. Ações, Capacita Suas, implementação das estratégias para continuidade da execução da segunda fase do Capacita Suas que teve início em 2 de junho e encerrou em julho, o curso ofertado onde autorização sobre organização e oferta de serviço de **PSE** e o caderno com o controle estadual foi finalizado em maio, finalizamos junto com a Fundação João Pinheiro a matriz pedagógica e realizamos a oficina de **minuto** para os professores em 23 e 25 de maio na abertura do Capacita Suas em torno de BH realizamos o seminário "Nas trilhas da regionalização da proteção social especial em MG", que contou com a participação dos alunos do curso e demais convidados, supervisão técnica, foram recebidos no nível central todos os planos regionais elaborados e realizados pelas diretorias regionais e está se **utilizando** diagnósticos sócio territoriais, a consultoria empreendeu produto 4 pra relação com a SEDESE, o produto 4 apresentou percurso percorrido e metodologia utilizada no desenvolvimento da supervisão técnica regional em MG, em razão dos aspectos culturais e do início do Capacita Suas à elaboração do plano de trabalho terá que ser realizada em outro momento para que não se emite sobrecarga sobre a posição de ações estratégicas. Os desafios, dentro dos desafios pode destacar essa necessidade de melhoria das condições infraestruturais das diretorias regionais e o aprofundamento acerca da metodologia da supervisão técnica e a logística para concepções entre os municípios do plano de trabalho regional. Vigilância e apoio técnico aos municípios no aprimoramento do Suas valor do Loas 1.781.790 e valor da Loas nas **CRAS** 1.545.811,02 a gente teve uma execução dessa ação 75.774,96 empenhado 75,92 liquidado 79.621,36 pagos. As ações, apoio técnico na proteção social básica – apoio técnico aos municípios de acordo com as orientações e normativas do Suas para oferta qualificada do serviço de proteção e atendimento integral a família **PAF**, serviço de convivência e fortalecimento de

vínculos, o programa acessuas trabalho e o programa BPC na escola, atendimento presencial para 10 municípios com 28 participantes prestando orientações técnicas sobre o serviço sócio assistenciais, PAF e CRAS serviço de convivência e fortalecimento de vínculos os programas BPC na escola e acessuas trabalho, realização de 3 oficinas técnicas sobre o serviço PAF e serviço de convivência e fortalecimento de vínculo na regional de Governador Valadares e nos municípios de Contagem e BH, abrangendo 62 municípios e 328 participantes, no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é realizado continuamente ações de apoio técnico conotações e monitoramento sobre a necessidade de preenchimento e sistema de informações do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SISV, programa bolsa família a coordenação estadual do programa bolsa família do cadastro único no processo de acompanhamento das continuidades da saúde e da educação bem como de revisão e atualização cadastral realiza ações junto aos municípios para efetivação de tais processos, realização de capacitação e gestão do Cadúnico e programa bolsa família e a capacitação de preenchimento de formulário do Cadúnico aos municípios nas regionais da SEDESE e ainda sobre execução das taxas do IGD e capacitação do sistema de benefícios ao cidadão abrangendo 294 municípios, 516 pessoas no que se refere ao acompanhamento do preenchimento dos demonstrativos do IGD PDF por parte dos municípios tem-se que 1 município não fez a prestação de contas do exercício de 2012, 2013 e 2014, 3 municípios não fizeram a prestação de contas de 2015 e 6 não fez a prestação e contas de 2016. Apoio técnico na proteção social especial foram completadas as equipes de referências das unidades CREAS, CREAS regionais e Centro Pop e as ações de apoio técnico sobre o serviço de proteção especial para os municípios, participação na capacitação sobre atendimento à mulheres em situação de rua e violência realizado pela Superintendência de Políticas para Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania, atendimento à 7 municípios que receberam ações de apoio técnico relativo ao serviço de economia institucional de crianças e adolescentes, apoio técnico para 2 municípios para o serviço de economia institucional de população em situação de rua, realização de visitas de monitoramento avaliação, fiscalização em 4 unidades que acolhe adultos com deficiência oriundos da antiga Febem as quais mantem parceria com a SEDESE, emissão de 3 certidões de alunos aprendiz para egresso da instinta Febem trata-se de certidões que em regra solicitados para egresso da Febem constatando a contagem de atuação como alunos aprendiz desses egressos acolhidas nas unidades da Instinta Fundação executadas pelo estado, realização de 2 capacitações sobre o serviço de medidas sócio educativas em meio aberto ao todo 48 municípios e 162 técnicos, acompanhamento e monitoramento das ações estratégicas do Pet junto aos municípios elegíveis em junho que nos pactuou 9 cofinanciamento federal para continuidades das ações do PET orientando sobre utilização de novos valores e a importância de preencher isso no Pet. Instância Federal CREAS PAEF apoio técnico e acompanhamento da implementação e oferta do serviço/equipamento

nas 245 unidades de CREAS em 228 municípios, Instância Federal PAEF medidas sócio educativas 2018 acompanhamento dos aceites a cofinanciamento federal para serviços de proteção e atendimentos especializados à família e indivíduos e do serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas de liberdade assistida e de prestação de serviços a comunidades, contato com os municípios para repasse de informações sobre aceites, prazos e recursos, expansão federal de serviços de atendimento ao adulto com deficiência centro dia, acompanhamento do serviço ofertado em uma unidade implantada em 2015 no município de Belo Horizonte, expansão centro Pop, nas 24 unidades centro Pop em 22 municípios a diretoria de proteção especial de média complexidade realizou continuamente ações de apoio técnicos nos municípios e unidades ressalva-se que a participação da Superintendência de proteção social especial no comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política estadual da população em situação de rua Comitê Pop Rua, instituído pelo Decreto 46.819/2015 o Comitê Pop Rua em parceria com a assembleia Legislativa está elaborando plano estadual da política para população em situação de rua, a expansão Federal 2013 serviço especializado de abordagem social, acompanhamento aos municípios com cofinanciamento para esse serviço, expansão MDS 2014 ações estratégicos do programa de erradicação do trabalho infantil PET no acompanhamento dos 72 municípios com maior incidência de trabalho infantil segundo censo suas do IBGE foram dadas orientações sobre novo prazo de preenchimento do sistema de monitoramento do programa de erradicação do trabalho infantil expansão federal, serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativa de meio aberto, a diretoria de gestão das medidas sócio assistenciais acompanham e monitoram os municípios que realizaram aceite do cofinanciamento, serviço de acolhimento institucional para população de rua, a diretoria de proteção social de alta complexidade acompanha 20 municípios com cofinanciamento federal para ofertar os serviços em abrigo institucional e casa de passagem, serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em residência inclusiva, situação 2012 e 2013, a diretoria de proteção social de alta complexidade acompanha os 10 municípios que afetam os serviços em 14 unidades cofinanciados pela União e estados por unidade, expansão federal acolhimento de adultos e famílias expansão MDS 2014 o município de BH foi elegível ao cofinanciamento federal para expansão do serviço totalizando 900 vagas cofinanciadas pela expansão federal de 2012, 2013 e 2014, expansão federal serviço de acolhimento para criança, adolescentes e jovens, expansão federal 2014, a diretoria de proteção social de alta complexidade, acompanha e monitora a execução e dos planos de reordenamento da implantação do serviço em 163 municípios, apoio técnico na gestão do Suas, a diretoria de gestão do Suas realizou assessoramento técnico a distância via telefone, email, referente ao controle social, plano plurianual de assistência social, pacto de aprimoramento de gestão e gastos dos recursos do Suas, foi realizado apoio técnico presencial no município de Laranjal, participação no encontro de Urcmas de Juiz de Fora,

participação de técnico da diretoria, reunião do conselho estadual do Idoso e conselho estadual de direitos humanos, plano de apoio técnico. Priorizamos o acompanhamento à situação do município de Mariana contribuindo com as discussões acerca do plano estadual de proteção social integrante do programa de proteção especial da Fundação Renova e especificamente elaboramos a proposta de capacitação, apoio técnico e supervisão técnica aos 39 municípios atingidos pelo rompimento da barragem de fundão. Na proposta tem inscritos os temas, as metodologia, os prazos e os cursos destinados para o desenvolvimento das ações citadas, durante a elaboração participamos dos encontros de preparação reunindo a câmara técnica de organização social, CPF que contaram com a participação de representantes do Espírito Santo e do MDS e com a Fundação Renova, diretoria de vigilância sócio assistencial e monitoramento: assessoramento técnico presencial à distância aos municípios no que se refere ao acesso ao sistema da rede Suas, orientações relativas ao preenchimento dos questionários do sinsuas piso fixo e piso variável, orientações sobre utilização dos recursos e transferências de valores ao encontro do piso mineiro fixo e variável e recursos federais, assessoramento técnico aos municípios no preenchimento do plano de ação de 2018, assessoramento técnico e preenchimento dos demonstrativos do governo federal, levantamento de informações a partir de base de dados, IBGE, CadÚnico, as **SUASUS** e construção de notas para subsidiar as diretorias do Suas e rendas, registro das ações de qualificação no sistema de informações gerenciais e de planejamento Sigplan e MG Planeja, assessoramento técnico presencial a todos municípios com orientações sobre gestão de sistema gestão financeira, implantação da vigilância no âmbito municipal dentre outros, realização de oficina técnica para os municípios de Januária e Córrego Marinho, cujo tema foi oferta de serviços PSD PSE e vigilância sócio assistencial, realização de oficina técnica para no município de Belo Horizonte para apresentação do acolhimento visitados nas unidades de acolhimento de BH, monitoramento da inclusão dos benefícios de prestação continuada BPC idoso e pessoa com deficiência no CadÚnico em MG, participação da técnica na diretoria na composição do conselho estadual da mulher como conselheira titular, participação de técnicos como supervisores de campo de capacita suas nas regionais SEDESE de Governador Valadares e Juiz de Fora, participação de técnicos ou divisão no XI encontro nacional de vigilância sócio assistencial em Brasília, participação da servidora na **divisão** da Câmara Técnica SEDESE, SEDPAC, MP sobre a proposta de acolhimento da criança e adolescentes ameaçado de morte, **BPCAN** em MG, participação de técnicos no comitê gestores estadual de fortalecimento das ações de vigilância e cuidados das crianças diagnosticadas ou com suspeitas de sintoma congênita associada por infecção pelos vírus zica e outras etimologia infecciosas condenados pela SES, com participação da SEPLAG, SEDPAC, **SESP** e SEDESE, participação de técnico da diretoria na reunião de apresentação realizada pela Fundação João Pinheiro da caracterização sócio econômica da macro região afetada pela desastre ambiental pelo rompimento da barragem de fundão, participação de

técnica na diretoria em união com o Ministério do Desenvolvimento Estadual, e gestão estadual do Espírito Santo sobre o diagnóstico para os planos estaduais de proteção social aos atingidos pelo rompimento da barragem de fundão, participação técnica da união e grupo de trabalho sobre os produtos transversais da política estadual para (.PSE..) o meio aberto disponibilização de documentos de identificação para totalidade dos adolescentes do sistema sócio educativo e implementação de sistema integrado de acompanhamento, monitoramento, informação das medidas sócio educativas, participação SEPLAG, SEDESE, SESP e Pcne, participação da servidora da diretoria na reunião do grupo de acesso aos serviços da estratégia de enfrentamento da pobreza no campo, no segundo trimestre houve 2 manifestações da ouvidoria do estado para o Subas cujo teor foi ausência de profissionais da equipe de referência do Creas, como desafio destaque, para implantação da vigilância por parte dos municípios e destinação de profissionais pra essa função dado momento de escassez de recursos gerenciados pelo entes, outro desafio do impacto pela diretoria de vigilância é acompanhar os municípios nos alcance das metas, impactos de aprimoramento do Suas visto que não possui regularidade na atualização de divulgação dos dados por parte MDS. A gestão de cadastro de entidades: Serão emitidos cerca de 226 documentos certificados e com dados para o programa conta com a gente, foram realizadas ações de apoio técnico e assessoramento à distância via telefone, email, e presencial às entidades, assessores da mídia, conselheiros, gestores e técnicos de 25 municípios todos os atendimentos inclui dentre outros temas, retração sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil com foco no Suas, requisitos de parceria entre entidade e administração pública, expressões a gestores municipais no preenchimento do sistema de cadastro nacional de entidades da assistência social do governo federal, assessoramento aos conselhos municipais de assistência social quanto a inscrição de entidades sócio assistenciais conforme Resolução Cneas 14/2014, processo de inscrição no CMAS, informações sobre a certificação de entidades beneficiadas a gestantes social no âmbito da assistência social, conhecimento a posto e esclarecimento acerca das normativas de assistência social e orientação acerca do programa Rede Cuidar. Ação: É um programa de oferta de proteção social, a primeira ação é o Piso Fixo, o valor orçado foi 54.045.703 nós tivemos uma execução orçamentária que é o valor empenhado, 21.544.093,20 essa despesa também foi liquidada 21.473.920,60 e não houve execução financeira, ações da diretoria de gestão do fundo estadual de assistência social atendimento e orientação aos municípios para preenchimento dos planos de serviços, pagamento da parcela referente ao mês de outubro de 2016 para 852 municípios, Wenceslau Brás não fez o plano de 2016, até o segundo trimestre foram liquidadas pelo menos 4 parcelas para os 853 municípios, ações da diretoria de vigilância sócio assistencial, acompanhamento por meio do Sinsuas do preenchimento dos seguintes questionários: questionários semestral piso mineiro fixo, execução financeira do piso mineiro de assistência social fixo, questionário piso mineiro variável, execução financeira do piso mineiro de assistência social

variável e o acompanhamento refere-se aos questionários cujos status apontam tendência de preenchimento referente aos períodos 8 e 12 de 2016 / 6 e 12 de 2017 e conforme levantamento realizado em 29-06-2018 tem-se que 110 municípios apresentaram deficiências no preenchimento de alguns questionários alimentados acima no período que se trata. Foram disponibilizados aos municípios as pesquisas elaboradas pela divisão para identificar a transferência do saldo das contas antigas às contas vinculadas ao CNPJ da prefeitura para as contas novas contas vinculadas ao CNPJ dos fundos do piso mineiro fixo e variável cujo objetivo foi subsidiar a diretoria de análise de contas para o lançamento e análise da prestação de contas de 2015 / 2016. A pesquisa do piso fixo foi respondida por 584 municípios, 69% e a do piso variável foi respondida por 53 municípios, 51% periodicamente essa diretoria informa aos municípios por meio de número de telefone sobre os questionários que estão pendentes e realizam o apoio técnico para auxiliar no preenchimento, o piso variável o valor do orçamento 6.522.470, com **crédito das ações** 6.658.470, meta física 200 municípios a execução física foi 48 municípios a execução orçamentária empenhada foi 3.886.063 e o liquidado 3.833.837,29 a execução financeira 10 mil reais. Ações da DGFEAS, liberação de parcelas para os municípios de **Crisótomo** e também Coroaci as pendências retratadas foram todas solucionadas mas não há tempo de receber o cofinanciamento nesse trimestre, os demais municípios receberam o cofinanciamento da referência técnica no trimestre anterior, não houve liberação financeira das parcelas para os demais serviços do piso variável do lar, até o mês de junho foram liquidadas 5 parcelas para 146 municípios de proteção da especial, 2 parcelas de referência técnica da especial e 3 parcelas de referência técnica de medidas, o município de Sabará cancelou o termo de aceite com o governo federal no ano de 2017. Ações da diretoria de proteção social básica realizar monitoramento relativo a cidade histórica. Ações da diretoria de proteção social especial, realizar monitoramento relativo a cidade histórica serviço de termo de aceite cofinanciamento federal e cofinanciamento para municípios decorrente de negociação com o Ministério Público. Oferta direta por **(.PSE...)** essa ação é que a gente cofinancia as nossas casas lares, a meta física 147 unidades a gente executou as 147, nós tivemos empenhado 2.280.002,92 liquidado 2.276.458,07 e pago 2.276.458,07 ações da diretoria de proteção social especial no segundo trimestre foi realizado o acompanhamento do atendimento do serviço ofertado pelas entidade por meio de visitas de monitoramento e avaliação, relatórios, email's e contatos telefônicos contribuindo para as competências da Sedese e que tange ao monitoramento do atendimento aos usuários do serviço e do apoio técnico às entidades. A diretoria de proteção especial de alta complexidade realizou o acompanhamento do atendimento aos usuários do serviço por meio de visitas técnicas, relatórios, email's e contatos telefônicos, o recurso financeiro repassado às entidades visa a manutenção de atendimento a todo quadro **(...)** para que seja oferecido todo atendimento necessário adequado em consonância com os **(...)** estabelecidas pela política de assistência social, são compromissos e responsabilidade estabelecidos em

parceria de oferecer atendimento de qualidade, garantir proteção, acesso efetivo ao serviço de saúde, educação, cultura e lazer, visando pleno desenvolvimento no exercício de cidadania de usuários do programa mediante ao acompanhamento da execução física da parceria realizados pelos servidores da diretoria podemos afirmar que os serviços afetados pelo atendimento estão sendo executados de maneira satisfatória, o serviços regionalizados de média e alta complexidade, esta ação é que a gente co-financia os CREAS pelo valor do orçamento de 8.939.990, crédito maispassou a ser 9.281.093,84 nós tivemos execução dos 9 CREAS implantados a execução orçamentária empenhados 680.476,20 e liquidados 365.943,14 pago 193.095,10. Ações da diretoria de proteção social especial continuidade do planejamento e operacionalização para manutenção de serviços regionalizados de proteção social especial de média implantados, acompanhamento da atuação das referências técnicas de proteção especial dos municípios abrangidos pela oferta do PAEF nas unidades de Creas, regional do Mucuri, Águas Formosas, médio e baixo Jequitinhonha (...), Vale do Rio Doce, Peçanha e Alto Jequitinhonha Diamantina, acompanhamento da oferta do PAEF nas 4 unidades de CREAS municipais fruto do processo de reordenamento das antigas unidades de CREAS regionais no estado de Minas Gerais, essas 4 unidades de CREAS municipais foram implantadas e reordenadas pelos seguintes municípios Padre Paraíso, Monte Alegre de Minas, Paineiras, Canápolis, realização periódicas das reuniões gerenciais mensal e ampliada trimestral da comissão regional de gestão compartilhada nos territórios do Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Alto Jequitinhonha, as reuniões ampliadas da **CRMGC** são espaços de articulação e discussões da proteção social entre todos os municípios e territórios de desenvolvimento e suas relações com a rede sócio assistencial com as demais políticas públicas setoriais e com todo sistema de garantia de direitos, acompanhamento dos aceites a cofinanciamento federal com oferta do PAEF e medidas sócio educativas junto aos 58 municípios elegíveis ao cofinanciamento federal de 2018, a partir da implantação da unidade de CREAS regional Alto Jequitinhonha sede Diamantina a diretoria de proteção social de média complexidade iniciou ações de acompanhamento da oferta regional do território, dentre os desafios relacionados a unidade elaborada está a realização dos primeiros contato com os municípios abrangidos pelo PAEF regional bem como a rede de proteção regional para articulação das ações e oferta, houve continuidade do acompanhamento da oferta do PAEF nas unidades de CREAS municipais e os municípios de Padre Paraíso, Monte Alegre de Minas, Paineiras e Canápolis, continuidade na realização das reuniões gerenciais das comissões regionais de gestão compartilhada nos territórios de desenvolvimento Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Alto Jequitinhonha intensificando as ações intersetoriais entre os municípios que são atendidos pelos respectivos CREAS regionais, transferência de renda, orçamento é 10.000,00 a meta é 10 famílias beneficiadas, a execução financeira não ocorreu, diante do cenário de política orçamentária e financeira do estado foi priorizada a manutenção do serviço já implantados, apoio e controle

social a gestão compartilhada do SUAS, o programa, autorização da gestão compartilhada e participativa do SUAS, teve um orçamento inicial de 539.807 com as alterações ele foi para 683.807. A meta física é 38 instâncias regionais de gestão compartilhada ampliada, nós tivemos execução física das 4 já implantadas, foi empenhado 239, 1.135 liquidados 716.098 e pagos 798, ações realizadas foram realizadas reuniões da comissão intergestores Bipartite Cib no mês de abril, maio e junho de 2018 quando houve pactuação por meio das seguintes resoluções 03/2018 que altera os artigos 2º e 4º da resolução 02/2016 que pactua a quantidade e perfil dos alunos bem como responsabilidades dos entes para execução do programa Capacita Suas referente aos aceites 2013, 2014 do governo federal em Minas Gerais com o Ministério de Desenvolvimento social e combate à fome, nº4 de 2018 dispõe sobre o prazo final para preenchimento do plano de serviço estadual de 2018, houve implantação de 2 comissões regionais de gestão compartilhada no segundo trimestre de 2018, Alto Jequitinhonha e Vale do Rio Doce, manutenção do processo estadual e de assistência social e conferência de assistência social, orçamento aprovado 545.402 e com as suplementações 1.208.523,83 meta física o conselho não tinha, a execução física foi cumprida, nós tivemos empenhados 86.434,28 liquidado 74.375,97 e pago 76.447,57 ações do Ceas, comissões temáticas e realização de plenária ordinária, mesa diretoria, visita técnica e barragem, reunião em Candonga e Ponte Nova, encontro regionais dos usuários e trabalhadores do Suas, regional Timóteo e Coronel Fabriciano, reunião de Urcmas e Fóruns de Salinas, reunião de Urcmas e Montes Claros, oficinas sobre benefícios eventuais, reunião regional de Cneas com Ceas da regiões sul e sudeste de 2018, oficina de orçamento e financiamento, reunião do Fóruns Nacional de Usuários de Assistência Social na assembleia de eleição do Cneas Brasília encontros CMAS para constituição das Urcmas em Timóteo, reunião das NETES, núcleo de educação técnica permanente do SUAS, CGH Areão, São Francisco do Glória, encontro estadual dos Fóruns regionais de usuários e trabalhadores das Urcmas, de entidades e lançamento estadual da campanha de combate ao preconceito contra o usuária e usuário da assistência social, reunião da comissão de apoio e URCMAS de Salinas, reunião de governo, Capacita Suas Governador Valadares, reunião de Urcmas de Salinas, Capacita Suas Metropolitana e publicação de resoluções. O programa no cumprimento da trajetória funcional dos adolescentes do estado, ação e estruturação da política de atendimento em meio aberto, o orçamento aprovado foi 466.545 a meta são 175 municípios cofinanciados, a execução física foi 15 e não houve execução financeira. A diretoria de gestão de medidas sócio educativa realizou no segundo trimestre apoio técnico relativo ao serviço de medidas educativas em meio aberto a 54 municípios com a participação de 181 técnicos, as atividades do Pet tem continuidade com atendimento aos municípios com orientações para continuidades das ações pactuadas nos encontros regionais por meio de uso de materiais pedagógicos disponibilizados, no Capacita Suas do PSF foram feitas discussões acerca da medida sócio educativas e trabalho infantil houve repasse para 15 municípios das

áreas de abrangências do Creas **municipal**, as despesas está sendo executadas dentro da ação 4312 piso variável, até mês de junho foram liquidadas e pagas 3 parcelas para os 15 municípios. **Ivone:** Então foi um momento de uma análise que a comissão fez, diante da prestação de contas e diante da realidade desse momento de crise fiscal, repasse do piso mineiro e de pensar qual seria a posição do conselho naquele momento, então que nós chegamos à conclusão que nós analisamos as metas físicas e financeiras das ações elas foram empenhadas, liquidadas e pagas exceto o piso mineiro fixo e variável que foram empenhado e liquidado. A ação execução orçamentária foi de 29% e a execução financeira de 12,74% devido ao cenário de restrição orçamentária e financeira do estado, mas o que ficou muito claro para nós que as ações foram executadas, principalmente na fonte 56 e que a fonte do recurso próprio foram as casas lares que foi totalmente executadas e pagos, então nós trouxemos para o pleno o encaminhamento para deliberação dessa plenária caso for de consenso a indicação para aprovação. **Rodrigo:** Em discussão conselheiros, alguma questão? **Juanita-Federação das Apae's:** Boa tarde a todos Juanita da Federação das Apae's, na verdade eu gostaria de fazer algumas colocações que eu já fiz na comissão mas como todos nós não estamos lá eu gostaria de fazer algumas colocações, primeiro com relação ao prazo que a prestação de contas chegou novamente para a comissão analisar onde ninguém da comissão teve tempo hábil para fazer, eu fiz, abdicando do meu momento de descanso pra fazer considerando que chegou com 2 dias de antecedência essa prestação de contas deveria ter chegado em julho como foi deliberado aqui então eu coloco aqui a minha insatisfação e conto com esse conselho para buscar estratégias para que isso não ocorra novamente, a outra consideração que já foi colocado pela coordenadora nós temos uma execução orçamentária de 29% no segundo semestre e 12,74% de financeira, quando a gente analisa uma prestação de contas ela tem 3 pontos assim que a gente precisa analisar, se houve execução, se a execução foi dentro da sua finalidade e a proporcionalidade dessa execução, nós estamos aqui analisando o primeiro semestre onde nós deveríamos estar com uma média aproximadamente de 50% do orçamento executado, execução orçamentária significa orçado, liquidado e pago, nós temos 10 ações na prestação de contas onde a Cláudia fez a leitura minuciosa de uma por uma, das dez, 8 houve execução orçamentária com uma proporção menor e 2 ou 3 com percentual acima de 20%, dessas oito, 6 tiveram execução financeira da fonte 56 que é recurso oriundo do governo federal, 01 ação teve execução da fonte 71 se não me engano como eu fiz a análise a noite, mas eu acho que é isso mesmo. Que já foi falado aí também pela Cláudia que a execução com fonte própria do tesouro é com relação aos pagamentos das casas lares, então nós estamos no semestre com execução bastante aquém, considerando que nós tivemos liberação do orçamento e não tivemos liberação do financiamento, quando a gente tem liberação do orçamento significa que tem receita mas não foi feito o pagamento, no primeiro trimestre não houve execução orçamentária e proporcionalmente não houve execução financeira, esse semestre nós tivemos

execução orçamentária, significa que foi liberado o orçamento, pois orçamento é um planejamento ele pode concretizar ou não, então nesse segundo semestre houve execução orçamentária ou seja foi disponibilizado para efetivar uma parte da execução na hora de efetivar o financeiro é que não teve o dinheiro para fazer as transferências necessárias, com isso a Ivone já leu, nós estamos com uma execução orçamentária de 29% e execução financeira de 12,74%, porque eu estou fazendo essa reflexão? É uma situação muito séria e grave, e ontem a secretária inclusive falou que nós ainda nem começamos com a dificuldade que nós estamos passando, significa que os próximos 2 semestres provavelmente nós vamos ter essa dificuldade também, e além disso nós temos um passivo de 2017 de orçamento do Feas também sem execução, tem um decreto que garante a execução entretanto ele também é um passivo que conforme foi visto no piso mineiro foi orçado e pago 1 parcelas de 2016, então nós estamos com uma situação difícil, muito, muito difícil a própria secretária falou isso então nós fizemos um planejamento de 2017 que pela situação fiscal atual do estado a gente não conseguiu executar, e fizemos um planejamento agora em 2018 já ciente dessa situação caótica que com certeza 2019 também nós não vamos conseguir executar, então eu fico pensando assim da nossa comissão e desse conselho com relação a nossa responsabilidade com relação a planejamento de orçamento de execução orçamentária e financeira porque a gente já constrói um plano sem ele ser real, então assim, apesar da comissão ter dado um indicativo eu coloco aqui a nossa discussão para gente pensar sobre estratégias. Eu acho que nem ter estratégias, pra gente pensar como que nós vamos fazer com as prestações de contas futuras que esse conselho vai chegar, porque quando a gente fala em meta física e a Cláudia leu elas todas que estavam no relatório, porque ela fez a leitura do relatório extenso, quando a gente fala em meta física, as metas físicas que foram executadas diz respeito muito a questão da gestão da subsecretaria da assistência, que já é o fazer técnico da secretaria, que é diário e contínuo, atender município, responder e-mail, atender telefonema, capacitar, receber na SEDESE para capacitar ou deslocar para capacitação in loco, que faz parte do fazer técnico. Então quando a gente pensa numa execução inclusive orçamentária que a gente deveria estar em aproximadamente 50% a gente está em 29% mas por causa de 2 ações, porque se você pegar as 10 ações praticamente você não tem execução orçamentária substancial nas 10 ações, a gente tem uma execução orçamentária maior nos serviços de média complexidade não regional que é na casa lar onde tem os 29% e a gente tem na operacionalização das instâncias descentralizadas que é CIT provavelmente deve ser com diárias de 0,26% e na manutenção do CEAS que teve uma execução de 7,22% considerando a estimativa que a gente estaria no melhor dos mundos se fosse 50% numa execução normal considerando a situação atual de crise financeira que está o estado. Como que nós vamos fazer nessa situação conselheiros porque a gente está caminhando para o terceiro trimestre, então aqui nós analisamos até julho a prestação de contas, agora nós vamos analisar em outubro, agosto, setembro e outubro nós vamos analisar em novembro, não,

julho, agosto e setembro nós vamos analisar os 3 meses que em outubro vai vir pra gente analisar. É claro que com certeza vai vir com um panorama melhor porque aí nós estamos praticamente no fim do ano, mas a minha reflexão e a minha preocupação é com essa execução tanto orçamentária quanto financeira, é isso. **Rodrigo:** É Claudinha, porque o que eu entendo assim, entendo não penso, dividindo o ano por trimestre então eu tenho 25% em cada trimestre, mas eu posso por exemplo ir no Capacita, pensar numa ação que vai ser executada no segundo trimestre ou terceiro trimestre então sobre a despesa eu não vou para uma execução tão boa no começo porque eu já sei que no trimestre seguinte eu vou ter compromisso eu vou construir um prédio, eu vou fazer o Capacita, qualquer coisa assim, então é uma limiar 25% pensando nisso eu queria saber se existe esse cronograma de pensar de quanto que era a previsão de investimento em cada trimestre, saber o quanto, porque a execução orçamentária está bacana mas nós temos um problema grave com a questão financeira. Compreendeu? **Claudinha:** é isso mesmo que acontece. A gente faz o orçamento e a prestação de contas, os nossos instrumentos de acompanhamento corporativo do estado eles são feitos em cima da despesa liquidada, então as vezes a gente empenha uma liquidação num trimestre só liquida ela no outro é aí onde que aparece a execução, eu penso que a gente pode dar uma melhorada na qualidade da informação nesse sentido a gente voltar ao trabalho pra dizer isso foi empenhado agora nessa previsão de liquidação é tanto, eu acho que a gente pode tentar esclarecer na prestação de contas, esclarecer as distorções vamos dizer assim, porque a gente tem uma despesa (liquidada), empenhada num mês liquidada no outro e talvez paga no outro, que a gente pode tentar fazer isso aí, melhorar, isso aqui está 29% mas teria que estar 50% porque não está 50% porque esse liquidou aqui e vou pagar aqui, acho que a gente pode fazer isso, a gente tem na ação do Creas por exemplo ali a gente paga a manutenção do CREAS com fonte 56 e a MGS é com a fonte do tesouro, então as vezes você empenhou mas não liquidou pois a folha não chegou, então essas coisas acontecem mesmo. A gente não tem como passar certinho 25%, 25% por trimestre mas a gente pode na próxima prestação de contas eu vou sentar com a equipe e tentar melhorar lá com a Simone a questão de esclarecer isso que se ver na prestação de contas e o que não fica claro quanto a gente apresenta o descritor da prestação de contas. A outra coisa, com relação a preocupação da Juanita em 2019 essa questão a gente tem que fazer uma proposta de novo para os próximos, a gente faz com os dados, limites de dados emitido pela SEPLAG e a proposta é feita com aquilo que a gente já apresentou várias vezes pra vocês, essa preocupação que a Juanita colocou de como a gente vai executar os orçamentos seguintes isso é uma preocupação nossa também, a gente distribui orçamento, a gente tem que fazer proposta orçamentária, o governo dá o limite conforme estimativa de arrecadação mas nem sempre acontece como planejado mas a gente fez esse o planejamento já dentro do limite dado pela SEPLAG. Com relação ao prazo **dado** pela prestação de contas a gente está tentando sim chegar mais próximo para cada vez mandar pra você com mais antecedência, o que a gente tem pactuado

no Conselho. A Consolação pode me confirmar, termina o trimestre e a gente tem o próximo mês para elaborar a proposta e a gente tem que encaminhar com 5 dias de antecedência da plenária seguinte, a gente encaminhou com 2 dias de prazo a gente teria que ter encaminhado pra vocês na quinta encaminhou na terça, mas a gente vem fazendo um esforço pra cada vez mandar com maior antecedência mesmo porque ela é muito extensa as questões das ações que a gente faz resumido lá como um todo mas a gente vai tentar melhorar isso.

Rodrigo: Juanita, microfone, eu sei que tem inscrições, tem Consolação a senhora Ivone, mas como é uma questão da fala da Claudinha, pode falar.

Juanita: É só Claudinha nós estamos analisando outro, nós estamos em junho então julho seria o prazo para vocês fazerem dia 5, e em agosto deveria ter mandado para gente chegou em setembro então nós estamos mais de 30 dias com atraso.

Claudinha: Na verdade a gente não conseguiu entregar a prestação de contas do mês de agosto fácil porque a gente estava fazendo revisão do PPAG até a gente justificou eu não sei se ficou claro na plenária passada, a gente também pode melhorar isso, quando a gente perdeu o prazo que teria ter sido agosto, a gente não conseguiu, a gente faz isso de outro forma dando clareza para o conselho, porque a gente tem essa obrigação a gente entende isso e tudo mas são várias coisas acontecendo, não justifica não entregar no prazo, eu reconheço isso igual eu falei a gente vai tentar cada vez mais colocar mais próximo porque é corrente deste posicionamento do conselho com relação a entrega da prestação de contas.

Rodrigo: Nós estamos discutindo aqui a próxima data, o que tinha se acordado na plenária teria talvez desnecessário é mandar com 1 mês de antecedência, o próximo trimestre é julho, agosto, setembro aí teria que ser enviado pra gente em outubro pra deliberar em novembro, não é isso Juanita?

Consolação: Inclusive o histórico do conselho sempre foi pedido. A Claudinha sabe disso porque ela tem muito tempo de SEDESE, tanto quanto eu tenho de CEAS, sempre fechou-se o trimestre tem 1 mês pra elaboração do acordo com o Conselho e é no outro mês que se encaminha, que não dá tempo, por exemplo, fechou aquele trimestre teria menos de 15 dias pra apresentar pra comissão encaminhar então ficou acordado que teria 1 mês e apresentaria para o outro mês para prestação de contas.

Rodrigo: Mês de novembro, é isso então? Eu fico pensando o seguinte tem que chegar com antecedência pra gente, não dá pra ser 1 semana só porque todo mundo aqui é trabalhador tem afazeres e a gente precisa de ter no mínimo 15 dias pra gente conseguir separar, é um assunto que a maioria não domina, então tem desistência, então é no mínimo 15 dias, pra que a gente consiga debruçar, ligar pra secretaria executiva para perguntar alguma informação, falar assim Fernanda eu não entendi isso, me explica? Ah vou ver com a Claudinha, ok, mas a gente precisa de ter esse suporte então tem que chegar com antecedência, o que eu havia entendido anteriormente, você me corrigiu viu Claudinha, que não é difícil elaborar essa prestação de contas, É difícil? Então ok, a gente precisa de uma data com antecedência, então temos que pactuar essa data aqui, pra que nós não temos o seguinte, os conselheiros de fato é ruim a gente com 2 dias, eu particularmente

não consegui ver inclusive na reunião da sociedade civil eu cheguei a conversar com a secretaria executiva que eu pedi pra tirar da pauta porque não consegui ver é um assunto polêmico a prestação de contas, a gente está vendo TCU vindo em cima da gente, então temos que ter a capacidade de avaliar, então eu peço que a gente pense e aí Claudinha quem vai poder dar um prazo, a gente tem que discutir em cima de uma data que seja possível pra você liberar pra gente, então eu gostaria que você fizesse uma proposta de data pra gente. **Claudinha:** A gente está em setembro, o que a gente pode tentar fazer, é porque igual você falou como a prestação de contas fecha no dia 30 e a plenária assim 15 dias depois não dá tempo de em 2 e 3 dias pra gente preparar porque são todas as equipes envolvidas, as técnicas fazem, manda para o Superintendente, ele lê, corrige, a gente consolida, então esse trabalho é muito grande, visto o tamanho da prestação de contas. A gente falar sobre ela é muito distante então eu já penso assim, eu vou soltar para as áreas, consolida tudo, pra que a gente receba pelo menos 15 dias antes da plenária. **Rodrigo:** Conselheiro, última semana de outubro, está bom? Conselheiros? Peço atenção à todos os conselheiros, João por favor, Juanita, Bruno, última semana de outubro a entrega da prestação de contas, última semana do mês no final do trimestre, ter sempre essa rotina, então julho, agosto, setembro, aí outubro na última semana ela envia a prestação, outubro, novembro, dezembro na última semana de dezembro envia a do trimestre pra janeiro, na última semana de janeiro é isso no caso 1 mês de elaboração, combinado conselheiros? Então vamos lá, julho, agosto, setembro, vence o trimestre, setembro vence o trimestre, na última semana de outubro envia a do terceiro trimestre, outubro, novembro, dezembro na última semana de janeiro envia a do 4º trimestre. **João:** Eu não tenho certeza, Márcio tinha pedido a palavra né Márcio, gente, eu não tenho certeza se a gente resgatar a ata do mês não sei se foi junho ou se foi maio, eu lembro que quando a gente falou do tempo de prestação de contas uma fala minha é que a gente tivesse 30 dias após o fechamento do período, eu quero resgatar isso pra ver se, mas eu lembro que eu falei 30 dias porque era o prazo real então não era pra gente discutir isso mais, mas eu lembro de ter falado isso, está ficando menos de 30 dias. **Márcio-Assprom:** Eu estou tentando fazer aqui uma analogia pegando a minha realidade enquanto entidade da rede privada na execução orçamentária nesse percentual eu teria muitos problemas de manutenção da minha entidade provavelmente eu estaria fechando as minhas ofertas e conseqüentemente o controle social já teria me dado xeque-mate, isso é fato, mas a nossa realidade está muito complexa e a tendência pelo que foi colocada aqui é que piore ainda mais esse quadro então assim o nosso problema é sério no ponto de vista e eu acho que estão sendo realizados todos os esforços pra que a gente tenha uma execução mais efetiva, foge aqui do controle do CEAS acredito eu que foge do controle da própria secretaria a execução financeira desse processo, o pagamento, então a gente está com um problema muito sério nas mãos e isso é fato e o que a gente pode fazer eu pelo menos assim, estou tentando buscar na minha realidade enquanto entidade rede privada, com certeza uma execução desta é o pior cenário possível

o usuário não está sendo atendido, fechamento total e colapsado das entidade, entendeu, eu acho assim que é essa a realidade que a gente tem pela frente, está batendo na nossa porta, daqui a pouco até os recursos que a gente tem vai ser disputados a tapa, essa que vai ser a questão acho que é um ponto sério que a Juanita trás aqui de reflexão ela fez a reflexão e está trazendo aqui então a nossa responsabilidade e veja o empenho por parte da SEDESE aqui junto à própria SEPLAG pra que haja uma execução mais efetiva, mas foge às nossas mãos eu acho que cabe a nossa reflexão dos nossos projetos, do que a gente realmente acredita e o que a gente tem que buscar pra que essa situação não se perdure ou se agrave. Acho que depende muito da nossa ação, da nossa atitude. Eu queria também fazer um resgate de um documento que foi lido ali na página anterior, se a minha escuta foi correta, que fala que na última execução pra 15 municípios, execução física 15 e a execução financeira zero, e lá em baixo no topo fala que houve pagamento de 3 parcelas, foram liquidadas e pagas 3 parcelas para os 15 municípios não sei se está refletindo corretamente o documento. **Claudinha:** Na verdade esses 15 municípios eles são municípios de referência técnica eu não sei se essa resposta te atende, esses 15 municípios são municípios de referência técnica eles estão sendo cofinanciados com recurso federal esse recurso na verdade a gente está fazendo no piso variável na fonte 56 ele é da ação de medida é da referência técnica que está dentro daquela outra ação lá, execução financeira dele está dentro do piso variável. Entendeu? Não? Volta lá. A execução física está aí na execução de medida o financeira está na ação 4312, é porque essa ação as vezes a gente faz o cofinanciamento algumas foram no trimestre anterior outras não, agora que a gente está fazendo o acerto todinho do orçamento os próximos já vem mais alinhadinho, vem 3 pra todo mundo não fica nenhum pra trás um teve problema agora no sigcol, anacol as vezes não coincide mas sair todos os 15 certinho, a liquidação no mesmo mês. **Rodrigo:** Você conclui Márcio? Márcio: Ok. Rodrigo: Eu queria fazer uma pergunta também lembrando que nós tivemos uma palestra com Bretas, José Crus o outro eu esqueci o nome o rapaz lá do sindicato, da SEPLAG, Rodrigo, onde apresentou a crise fiscal do estado pra gente e ele havia dito do dinheiro do REFIS que ia cair, eu queria saber se esse dinheiro caiu na conta Simone, se caiu na conta pra gente. **Simone:** Não, primeiro é o seguinte, acho que nós estamos prumando na nossa comissão por trazer pro pleno o resumo da deliberação mas eu pedi desculpas a comissão e peço desculpas aqui ao pleno do Conselho por a gente não ter cumprido o prazo. Acho que é muito ruim mesmo, nós temos obrigação, se nós formos olhar problema de gestão, eles são cotidianos então eu peço desculpas e espero que seja a última vez que a gente desculpa esse assunto. Aqui nós já temos problemas demais, não precisa desse que está na governabilidade, mas eu e a Claudinha estamos aqui, nós levamos muito a sério esse conselho, tudo que o conselho fala, tudo que ele delibera, vocês podem ter certeza que nós faremos tudo pra não repetir, a segunda questão que eu queria colocar até porque é preciso que fique claro, uma questão que o IGD colocou aqui e eu queria explicar melhor, nós começamos a oferta do Capacita Suas, nós

terminamos em julho e vocês sabem, nós já licitamos o Capacita, já tem aliás todo programa Qualifica Suas foi licitado a 3 anos atrás senão a gente não teria gasto o saldo que estava no Encontro se for esperar pra licitar ano a ano com previsão aliás você não consegue então estou com muita tranquilidade que tem 3 anos que o conselho está acompanhando aqui mesmo porque um dos maiores problemas foi o grande número de saldo de recurso na conta, então nós só podemos pagar as instituições depois que elas apresentarem a fatura, então vocês podem ter certeza disso que nós vamos executar toda fonte 56, isso aí não tem nem conversa é uma questão de honra só falta ter dinheiro e não gastar, então isso é uma coisa muito importante que a nossa coordenadora colocou que eu acho que ela tem razão, quer dizer nós temos a fonte 56 que ela é muito importante que o conselho tem que ter muita atenção sobre ela a outra questão é com relação as dificuldades, primeiro quero dizer o seguintes as dificuldades elas estão sendo enfrentadas sim pelo governo estadual, uma delas me lembraram aqui que foi a liberação de recurso que foi conseguida na Assembleia Legislativa de uma disputa na política então não cabe a nós aqui discutir que se é certo ou errado política é política, então certo ou errado, pode ser justo ou injusto e conseguiu liberação mas está em processo ainda não chegou o recurso, tanto que eu disse na comissão eu vou repetir praticamente o que eu disse é que nós estamos dando conta única e todo mundo sabe disso e exclusivamente de pagar de forma parcelada a conta dos salários. Todo mundo também sabe disso não tem nenhuma novidade do que eu disse na comissão. A segunda questão consiste nas proposições. Nosso governador tem liberado semana passada, atrasada sei lá ele discutiu em Brasília a liberação de mais recurso pra nós então ele tem empenhado pra cumprir o decreto que é dele, não é meu não é dele, se ele não cumprir eu vou ter que se haver com ele, então isso também tem que ficar bem claro aqui, a outra questão que eu disse e também não é novidade quando eu disse que a dificuldade nem iniciou. Eu estou dizendo sobre a Emenda Constitucional 95 é disso que eu estou dizendo que nós vamos disputar recurso entre nós mesmo é o que o Márcio falou. Emenda Constitucional 95 inclusive tem muita gente que votou nela, que tem que se responsabilizar no que a gente está vivendo aqui, nós estamos vivendo aqui não é recurso dos bons e nem dos maus nós estamos vivendo aqui recurso da política, e na política é política, é justo que as entidades fiquem sem receber? Não, agora quem aprovou a Emenda Constitucional 95 deveria saber que a gente(...) fica na mão do IGD e eu tenho esperança que nós vamos acabar com esse negócio de Emenda Constitucional 95, começando pelos candidatos que nós vamos votar nele, porque se tem candidato que aprovou a Emenda Constitucional 95 vocês podem ter certeza que nós vamos ter muitos problemas pela frente, então eu acho que as questões elas tem que ser discutida sim nós não temos que ter medo, ficar acocado, não é isso, os conselheiros não tem que tomar essa postura, nós não vamos recuar diante da crise, não adianta tentar achar que nós vamos recuar porque não iremos, nós vamos reconhecer os problemas, olhar para a realidade e também olhá-la de forma propositiva. Eu acho que está na hora de não acreditarmos que é possível

fazer política sem a discussão política, então presidente, foi o que falei na Comissão e repito aqui. Você se sinta completamente a vontade de fazer o que achar melhor para o conselho, isso que é o controle social, isso aqui não tem que ficar preocupado, não tem que ficar com medo não, não tem nada disso, aqui nós podemos tomar a decisão que nós achar-mos o que for melhor, e vocês podem ter certeza disso. O que vocês acharem que for melhor para o Conselho nós temos certeza também que vai ser o melhor para a política de assistência social, então ontem nós avaliamos, nossa coordenadora achou que chegou mesmo atrasado mas ela achou que nós conseguimos fazer uma avaliação lá a gente chamou a nossa secretaria executiva, ela foi na nossa comissão, leu pra nós o que estava na legislação, no regimento o que a gente deveria trazer pra cá, então nós achamos que a gente estava trazendo de forma cuidadosa não de profissional pleno então não tem esse negócio de pressão, tem a discussão que nós fizemos lá eu acho que a nossa comissão do pleno de ficar a vontade de fazer o que for melhor, mais adequado. **Rodrigo:** Claudinha eu vou pedir uma gentileza sua que nós já estamos no final do ano e eu acho que a gente tinha que pensar em estratégias e aí até mesmo tenho certeza que Simone, Rosilene e toda equipe técnica dessa gestão com relação a transparência e etc, Simone que você colocou aí nem vou colocar em discussão essa questão porque basta ler as atas do pleno que a gente vai ver que a gente tem tranquilidade de fazer o que for melhor aqui dentro, mas eu vou te pedir uma gentileza. Claudinha tentar dar mais celeridade nessa prestação de contas, se você puder mandar pra gente o mais rápido possível pra que a gente possa então pensar num plano de providências, traçar estratégias, oficial Rosilene, o que for pra que a gente pense nesses dois meses que faltam pra gente tentar equacionar, tentar ter providências para o último trimestre, para que possa caminhar na execução e conclusão dessa execução do último trimestre, porque faltam apenas dois meses praticamente para o fim do ano, então quanto mais rápido chegar mais rápido a gente consegue avaliar, se for o caso até pensar Consolidação numa extraordinária com a comissão de orçamento, se for preciso, para a gente pensar nessa busca de estratégias juntamente com a gestão e a gente conseguir fazer um plano de providência alguma coisa assim, pra não ter que discutir reprovação e qualquer coisa pelo Tribunal de Contas e chegar a esse nível de discussão. Dona Ivone. **Ivone – Cogemas:** Então, o que também pra mim ficou muito claro ontem assim parabenizar porque o modelo também que a Claudinha trouxe é um modelo muito mais simplificado, é o capacita do Conselho, nós todos somos estagiário aqui aprendendo, então eu quero realmente agradecer, ela disse que na próxima semana ainda, então queria dizer que apesar de não ter execução do tesouro, execução paga a gente teve recurso do governo federal na fonte 56, e com certeza as prestações que o conselho aprova ela é feita no trimestre a resolução sai no trimestre para no final do ano preenche esse demonstrativo com base nas resoluções aprovadas, então se a gente também não fazer essa análise a gente pode também estar prejudicando também o processo da prestação de contas referente aos recursos do repasse federal que foi executado como também

tiveram execuções também da fonte 71 do tesouro (.....) então assim eu queria simplesmente fazer essa ressalva e o segundo ponto é que quando os municípios através do COGEMAS criou-se uma comissão para acompanhar o monitoramento do decreto era porque a gente via a dificuldade também de concretizar esse decreto então eu acho que o governador ele tem ciência ele está correndo atrás para buscar recurso essa comissão mais ainda o empenho do CEAS é muito importante na vigilância da concretização. Eu acho que ele vai ter compromisso o mais rápido possível da gente continuar mantendo essa vigilância, reforçar lá no COGEMAS a comissão de monitoramento pra gente continuar cobrando a execução desse recurso do piso mineiro. Acho que isso é muito importante.

Rodrigo: Eu estou pensando numa questão aqui também porque nós estamos prejudicados com a avaliação desse impacto, um medo grande, porque é um impacto para o final do ano, então eu penso que a gente poderia Consolação oficializar a Rosilene, estornar essa preocupação nossa em relação a esse desempenho orçamentário e financeiro, chamando a atenção dela pra essa questão, então eu acho que é necessário.

Sandra – Montes Claros: Eu estava relutando em falar aqui mas assim quando a gente fala de execução orçamentária pra nós tem todo um orçamento por trás, mas uma discussão hoje que ele é fundamental é a questão do piso mineiro, eu estou no grupo do Cogemas e gente, é angustiante você ler as questões que os secretários, os gestores municipais tem colocado, então assim, eu não vou trazer o meu município porque é uma realidade, que a Simone conhece, eu já coloquei isso pra ela, mas assim é um conjunto dos municípios, quando não há repasse do piso mineiro, o serviço é cofinanciado é um serviço não é programa, nós temos as responsabilidades dos entes, então assim se o estado de Minas não repassa o recurso nós temos problemas, nós temos vários serviços, os municípios de uma forma geral tem vários serviços que são cofinanciados com os recursos do piso mineiro. É angustiante nós termos de uma certa forma explicitar isso pra gestão, porque o que eu tenho deslumbrado quando eu leio as questões, e a partir da realidade das discussões que eu tenho com alguns gestores é que muito serviços vão ficar prejudicados. Nós corremos riscos e eu não estou sendo terrorista não, que alguns serviços sejam fechados, isso é um chute na boca do estômago da gente, eu penso que já que vai oficializar a Secretária de Estado eu acho que tem que colocar essa questão, dizer isso, não é grana, não é uma realidade, e vai ser muito ruim pra nós começar a demitir servidores e trabalhadores do SUAS, fechar CRAS ou até mesmo fechar CREAS ou parar de pagar os benefícios eventuais. Apontam que são os usuários é que vão ser mais prejudicados neste contexto, isto é muito ruim isso é angustiante.

Rodrigo: Eu concordo Sandra porque diversos municípios hoje, o piso mineiro acho que a SEDESE fala isso obviamente, eles tem dados reais, mas eu acredito que a maioria ou do pagamento de benefício e a outra metade deve ser folha de pagamento, piso mineiro deve ficar entre essas duas vertentes, eu acho que não deve variar muito disso não, é muito incipiente isso eu acho que a maioria, o grosso mesmo é folha de pagamento e benefício eventual, então é sério, é alarmante, acho que

Consolação certamente vai fazer ofício e é assim antes dela sair de férias. **Helder** – CMAS Pedro Leopoldo: Rodrigo eu estava aqui analisando depois da fala da Simone aquilo que não foi pago ele foi empenhado e liquidado, certo? Isso dá pra gente então uma garantia e uma segurança que se a situação modificar vai ser pago então eu acho que a partir desse entendimento e eu pelo menos fico tranquilo de perceber que o estado já nos deu essa segurança de que assim que a situação modificar o pagamento vai ser feito. **Rodrigo:** Mais alguém, conselheiros, podemos encaminhar para votação? Ok, então o encaminhamento foi o ofício e a questão da data, você acha Consolação que essa data tem que ir pra resolução ou não precisa? Não deveria ser regra, eu acho que seria bom, vamos aprovar a data da entrega da prestação de contas? manter as datas, então 1 semana antes de findar o mês, então os conselheiros que aprovam a resolução para o prazo de 1 semana subsequente para entrega da prestação de contas? Contrários? Abstenções, ok, então foi aprovado por unanimidade então faz-se a resolução, conselheiros que aprovam a prestação de contas do segundo trimestre, contrários abstenção, abstenção só a Juanita, e os conselheiros que aprovam o envio de ofício para a secretária de estado, com tudo que nós estornou? Contrários, abstenção? Unanimidade. Então concluímos.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
Bruno Alexandre R. Tocafundo	CMAS Juiz de Fora	
Cristiane Isabel Felipe	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - IMSNS	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Deborah Ackerman	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS de Campo Belo	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Gilberto Donizete Ribeiro	Cogemas	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	

João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB	
Márcio Caldeira	ASSPROM	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	